

A Defesa Nacional⁶

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, PANTALEÃO PESSOA e E. DE LIMA E SILVA

N.º 78

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1920

Anno VII

PARTE EDITORIAL

1920. A todos os nossos leitores e especialmente aos nossos colaboradores e camaradas do Exercito, apresentamos cumprimentos pelo exito que pessoal ou colectivamente tenham alcançado em 1919 e desejamos que o 1920 constitua uma feliz e promissora etapa p'ra diante.

O anno de 1919 não foi perdido para a defesa nacional. Diversos foram os actos das duas administrações que estiveram á frente das classes armadas, que significaram um bom avanço e que, executados integralmente, produzirão excellentes resultados.

Especialmente para o Exercito o anno de 1919 foi bom pelos *factos* e pelas *esperanças*.

Sobrelevando a todas as transformações observadas ou decretadas, devemos lembrar, pela sua significação futura e por constituir um valioso progresso na evolução do nosso nacionalismo, o interesse que no Congresso Nacional, na Imprensa, nos Institutos de Ensino, e no Espírito Popular, tem despertado as questões ligadas á defesa militar do paiz.

Esse interesse, por diversas formas manifestado, encarado por aspectos diferentes, esmiulado em ataques ou aplausos, lembrado em providencias de accão favorável ou reacção, constitue uma prova insophismavel de que vamos entrando na posse do Brazil e de que os novos passos dados para assegurar a sua integridade vão tendo no sentimento dos brasileiros, fundamentos mais solidos.

No sorteio militar não tem havido um progresso geral e facilmente constatável. Os manejos mais ou menos perniciosos para conseguir as omissões nos alistamentos continuam e é de prevêr que continuem ainda por muito tempo. Esse problema está ligado á educação do povo e aos habitos das administrações municipaes como aos seus sentimentos civicos.

Um paiz que ainda não conseguiu estatística

de *população* da sua capital não pode pretender um bom alistamento militar, principalmente quando esse serviço se inicia.

Mas o sorteio vai em progresso. O Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas, Paraná e outros Estados, fazem funcionar todas as suas juntas. O Rio Grande do Sul quasi conseguiu esse resultado no primeiro anno do sorteio. S. Paulo e Minas o têm conseguido numa persistencia admirável, melhorando o alistamento de anno para anno, apresentando contingentes que, numa relatividade plausivel, justificam seguras esperanças.

Agora, quando a principal zona do Brazil, com relação ás suas fronteiras mais accessíveis, tem conseguido montar o apparelho do sorteio, quando vamos substituir o regulamento deste e já o pudemos estudar, levando em conta a observação e a experincia dos tres primeiros annos da sua execução, cabe ao proprio sorteio, pelas provas provadas da sua influencia benefica na educação physica e civica do povo, na diffusão da hygiene, no combate ao analphabetismo, no ensino do amor da Patria, na formação de sentimentos que se inspiram orgulhosamente no nosso passado e na fé em nosso futuro, radicar e instigar esse processo que, aliado ao de diffusão do ensino primario, constitue o unico meio de preparar um povo viril, tornando-o capaz de dirigir-se e defender-se com a tenacidade hoje necessaria.

E a joven officialidade e quasi todos os chefes do Exercito já reconhecem isso e já trabalham nesse sentido de assim prestar grandes serviços na paz, e, — nos Estados — já vão sendo reconhecidos os effeitos, apezar das dificuldades materiaes que ainda não permittiram um completo sucesso.

Entre outros acontecimentos militares precisamos destacar — a transformação iniciada na Escola Militar; a promessa de que teremos o Estado Maior do Exercito em pleno exercicio das suas funções, assegurando a continuidade já tão necessaria na orientação dos grandes pro-

bemas militares; a decretação de uma lei para quadros do Exército, distribuindo as funções, lei que até parece impossível que já não existisse e que ainda não está bem comprehendida; a applicação de dois trabalhos que estão prestando relevantes serviços — as Directivas para os Exames de Instrução e o Guia para os Exercícios do Jogo da Guerra; o funcionamento da Escola de Aviação Militar com a preparação de uma turma de pilotos aviadores e a maneira por que foram realizados os últimos períodos de instrução — as manobras annuas — em todas as regiões, sendo que em algumas o grande mérito consistiu na saliencia dada a erros e faltas.

Cada um desses passos teve as suas dificuldades, o que vale dizer, que produziu ensinamentos para os que desejavam telos com sinceridade.

Desses ensinamentos tirar o natural proveito com uma superioridade de vistos, digna de verdadeiros homens — é o primeiro problema que o 1920 apresenta — desafiando a energia e a capacidade de todos os que têm ou podem ter uma parcela de autoridade.

Quem conhece a reacção sempre provocada pelos princípios, seja qual for a sua evidência, quem sabe mesmo o quanto é difícil sobrepor aos desejos e aos interesses pessoais a realização de actos superiores e que só atingem a collectividade, quem já observou os vícios do nosso meio que com certeza é como todos os meios sacudidos pelos impulsos de uma phase excepcional, poderá esquecer os erros de 1919 e fixar-se nas esperanças bem justificáveis para 1920.

Assim comprehendendo «A Defesa Nacional», sauda todos os Chefes do Exército que contribuiram directa ou indirectamente com uma parcela de abnegação e coragem para que dessemos um passo à frente e como é de justiça estende os seus votos de felicidade a todos os irmãos de fé, civis ou militares, desejando que possam sacudir toda essa vulgaridade blazonante que se escuda num septicismo pernicioso e não tem ideias definidas, e que, em 1920 cada um possa destacar a sua personalidade, num acto de bondade, energia e desprendimento para com o nosso amado Brasil.

O não recebimento da revista é geralmente culpa do assinante, porque ella não se faz sião para ser distribuída.

Não demorar a comunicação de mudança de destino, nem retardar reclamação.

Resumo da organização administrativa e técnica do Ministerio da Guerra Francez

Ministerio da Guerra — Estado Maior do Exercito — Sub-Secretariados — Directorias de Armas e Serviços

O Ministro da Guerra, em França, é o chefe do Exército; é responsável perante o Parlamento. Exerce a sua acção por intermédio do seu duplo gabinete — civil e militar —, do Estado Maior, dos Sub-secretariados de Estado e das Directorias de Armas e Serviços.

O gabinete civil do Ministro da Guerra tem, actualmente, extraordinário desenvolvimento por acumular M. Clemenceau com essa pasta a Presidência do Conselho e ser, portanto, o chefe efectivo e responsável do Governo da República.

O gabinete militar — dirigido por um dos mais reputados divisionários, o general H. Mordacq — comprehende, além do Estado Maior particular e secretariado, quatro bureaux:

1º) o do protocolo e expediente, que prepara os papéis destinados à assinatura, abre a correspondência, recebe e transmite telegramas, dirige o serviço de audiencia, etc.;

2º) especialmente reservado ao estudo das decorações, secção que, como não se ignora, tem elevada importância na guerra;

3º) do pessoal, officiaes generaes, licenças, reformas, distribuição entre as directorias das Armas dos quadros de acesso, etc.;

4º) estuda as questões relativas a obras militares, sob o aspecto social, gremios de officiaes, bibliothecas para soldados, conferencias, coordena os assumtos que dizem respeito às mutualidades e cooperativas, pedidos de empregos, etc.

* * *

O Ministro da Guerra dispõe, como elemento consultivo, do Conselho Superior de Guerra, cuja constituição e atribuições discriminam adiante, ao tratar do Estado Maior do Exército.

As elevadas questões que interessam a defesa do território deviam ser discutidas outrora no Conselho Superior da Defesa Nacional, de cuja organização passou a dar um escorço.

Criado em 1906 e modificado em 1913, por decreto de 14 de Junho, este Conselho tinha por missão examinar todas as questões relativas à defesa nacional, exigindo a cooperação dos diversos ministerios.

Apezar de prescrever-se a sua convocação semestral, observou-se que nos cinco primeiros anos, de 1906 a 1911, a sua função foi meramente decorativa, pois apenas reuniu-se uma vez.

As críticas de Mordacq (*Politique et Stratégie dans une Démocratie*, pg. 158) sobre a constituição deste conselho, notando a falta do Ministro do Interior, parecem haver sido levadas em conta na reforma de 1913, pois a composição ficou sendo a seguinte:

Presidente do Conselho, Ministros do Exterior, do Interior, da Fazenda, da Guerra, da Marinha e das Colônias.

Uma comissão composta dos directores: 1) dos negócios políticos do Exterior; 2) da Segurança Nacional; 3) da Contabilidade pública;

4) do Chefe de Estado Maior do Exército;

5) do Vice-Almirante Inspector das esquadras; 6) do Chefe do E. Maior da Armada; 7) do presidente do comité consultivo das Colônias; 8) do general sub-chefe do E. Maior do Exército; era destinada a estudar e preparar todas as questões a submeter ás deliberações do Conselho.

Relator do Conselho devia ser o general 1º sub-chefe do Estado Maior; secretario, o chefe de secções de operações do Estado Maior (3º bureau), secundado por 3 officiaes superiores, designados respectivamente pelos Ministros da Guerra, da Marinha e das Colônias.

Mordacq (obra citada) salientou a importância e necessidade deste Conselho; Langlois em 1911 pedia que lhe fosse adjunto um Estado Maior de Defesa Nacional.

Mas, assim como até 1911 não se havia cuidado em fazel-o funcionar utilmente, durante a guerra este Conselho foi aos poucos sendo substituído por um resumido Comitê de Guerra que reunia os Ministros das pastas militares, da Fazenda, do Exterior e do Interior, sob a presidencia do Chefe de Estado.

Em 1874, por decreto de 12 de Março, foi criado o Estado Maior geral do Ministro da Guerra que em 1890 passou a denominar-se Estado Maior do Exército; um general de Divisão devia ser colocado á frente deste serviço, tornando o título de Chefe do E. Maior do Exército.

As atribuições do E. M. especializam-se na incumbência da preparação das operações de guerra e no estudo das questões relativas á defesa do território. Occupa-se, portanto, da mobilização e concentração do exército; do emprego dos meios de transporte; da organização dos serviços de reabastecimento; da instrução geral do exército; das grandes manobras; do estudo dos exercícios estrangeiros e dos diferentes teatros de operações, missões militares e preparo e coordenação dos trabalhos do Conselho Superior da Guerra, criado ou antes organizado em 1912.

Em 1895 os poderes do Chefe do E. M. foram alargados; e por decreto de 15 de Novembro, não só as Directorias das Armas, como as dos Serviços administrativos e de Saúde foram colocadas sob a sua dependência, para tudo o que se relacionava com a organização e instrução das tropas, a mobilização, o armamento, a defesa territorial e a constituição dos aprovisionamentos de guerra.

A phase decorrida entre 1873 e 1893 foi de intensa actividade e de reconstituição das forças militares; o grupo de officiaes que formava o E. M. conseguiu reorganizar todos os ramos da técnica militar. Citam-se dentre os Ministros que maior impulso deram a tais trabalhos, M. de Freycinet, e como Chefe de E. M. modelar o general de Miribel.

A seguir, porém, começou a instabilidade ministerial, aingerencia crescente dos políticos no exército, as teorias pacifistas tendendo a desagregalo.

Os Chefes de E. M. acompanharam a falta de continuidade administrativa; em oposição ao que se dava no Grande Estado Maior Alemão, que de 1821 a 1914 teve apenas seis chefes,

a França contou em 10 anos dez titulares á frente do seu Estado Maior General. Successivamente, generaes designados para o commando supremo, demitiram-se; citam-se os nomes de Jamont, Hagron, Michel.

Em 1911 (28 de Julho), organizou-se o alto commando. Teve-se em vista designar, em tempo de paz, o general a quem incumbiria chefiar o grupo principal dos exercitos mobilizados.

A fim de facilitar-lhe os meios de preparar a guerra, confiou-se-lhe a direcção do Estado Maior do Exército com o título de Chefe de E. M. General; mas, curiosa redundância, manteve-se o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército, cujo titular devia secundar aquelle em todas as questões relativas á guerra.

Exclua-se da alcada do Chefe de E. M. G. todas as questões de pessoal e de expediente; estas deviam ser tratadas directamente com o Ministro da Guerra pelo Chefe de E. M. do Exército.

Uma serie de considerações muito acertadas levaram após seis meses de experiência (20 de Janeiro de 1912) á suppressão do emprego de Chefe de E. M. do Exército.

Tornou-se o Chefe de E. M. G. — futuro commandante do grupo principal dos exercitos — responsavel do preparo do Exército e enfeixou-se em suas attribuições todos os assuntos relativos a este preparo. Deu-se-lhe toda a acção sobre o Estado Maior e afim de o libertar de certas preocupações de expediente, os dois Sub-Chefes de E. M. poderiam apresentar directamente ao Ministro as questões que dependiam de sua decisão.

O primeiro desses sub-chefes destinava-se a ser, em caso de guerra, o major general do grupo principal dos exercitos. O segundo devia, permanecendo junto ao Ministro, assegurar a continuidade dos serviços administrativos.

Foi nesta occasião criado o *Conselho Superior da Guerra*, composto do Ministro, como presidente, do general Chefe de E. Maior, vice-presidente e dez generaes de divisão; os dois sub-chefes de E. M. compareciam, como conselhos.

Os generaes membros do Conselho deviam ser escolhidos entre os divisionarios que tivessem commando durante um anno de um Corpo de Exército ou entre os que tivessem exercido o cargo de sub-chefe do E. M.

O Conselho Superior da Guerra devia ser consultado, de um modo geral, sobre todas as medidas que podessem affectar a constituição do Exército e o preparo da guerra. Mais especialmente devia se pronunciar: sobre a organização geral do Exército, seus methodos de instrução, disposições da mobilização, plano de concentração, adopção dos novos engenhos bellicos, novas vias estratégicas, criação ou suppressão das praças fortes e a defesa das costas.

Os generaes membros do C. S. G. dependiam directamente do Ministro e eram encarregados, em tempo de paz, da inspecção dos Corpos de Exército, da direcção das grandes manobras, além de qualquer outra missão ou inquérito que lhes podia ser repentinamente confiado.

Os generaes designados para commandar exercito eram em numero de cinco. Sabe-se que foram inicialmente, mobilizados cinco exercitos

n 1914 (1º, Dubail; 2º, Castelnau; 3º, Rufy; 4º, Langle de Cary; 5º, Lanrezac).

Estes generais recebiam a sua patente de nomeação por um anno: tres officiaes, um dos quais, o futuro chefe de E. M. do respectivo Exercito, podia ser general de brigada ou coronel, eram nomeados para coadjuvar aquele general nos trabalhos das inspecções.

O Chefe de Estado Maior General era escolhido entre os membros do Conselho Superior da Guerra; os seus dois Sub-Chefes, entre os generais de Divisão.

O Estado Maior subdividia-se em dois grupos, dirigidos por esses Sub-Chefes. O primeiro incumbido especialmente das questões religadas ao preparo da guerra; o seu director seria, como foi dito, o major general do grupo principal dos exercitos em campanha. Ao segundo grupo eram atribuídas as questões de experiente, interessando o exercito em tempo de paz, em tempo de guerra, as de pessoal e material da zona do interior; o chefe deste grupo devia permanecer, em caso de mobilização, junto ao Ministro da Guerra.

Ao Chefe de Estado Maior General era atribuída a alta direcção dos estudos militares, bem como o controlo da Escola Superior de Guerra. Cabia-lhe ainda a presidencia do Comité de Estado Maior, composto do 1º sub-chefe do E. M., dos chefes de E. M. dos diferentes exercitos previstos em tempo de paz e do comando da Escola Superior de Guerra.

Este Comité devia estudar todas as questões concernentes ao funcionamento e melhoramento do Serviço de E. M., o exame das modificações apresentadas pelos chefes de E. M. dos diversos exercitos e por fim, fiscalizar a admissão saída da Escola S. de Guerra.

Quanto ao recrutamento de officiaes para o E. M. do Exercito, devia ser assegurado por uma escolha entre os «brévetés» indicados como particularmente aptos e provenientes dos maiores capitães, tendo, além do tempo de arregimentação, servido um anno num estado maior e os capitães e tenentes saídos da E. de Guerra com menção optima e tendo terminado o primeiro anno de estagio.

Recomendava-se aos Commandantes de Região indicar officiaes que pela sua cultura geral, qualidades militares e conhecimentos profissionaes pudesssem servir utilmente o E. M. do Exercito. Deviam ser apresentados aos membros do Conselho S. de Guerra encarregado de inspecionar a Região e a este general cumpria externar o seu parecer sobre os candidatos.

A reorganização da Administração central da Guerra de Dezembro de 1912 fixou definitiva constituição do Estado Maior do Exercito. Este comprehende o gabinete, as secções de pessoal, do serviço corrente, a secção administrativa, a secção d'Africa, a secção historica e os quatro bureaux que são encontrados nos estados maiores de todos os exercitos creados durante a guerra.

O gabinete enfeixa e distribue as questões que interessam as secções e os bureaux. A secção de pessoal occupa-se dos officiaes de Estado Maior, das missões militares, dos caminhos de ferro, dos officiaes de ordenança, interpretes militares e Escola Superior de Guerra.

A secção do serviço corrente providencia sobre os movimentos de tropa para serviços de

ordem, cerimônias, paradas, guarnições, estagio de officiaes, permutas e transferencias, funcionamento de escolas para officiaes de complemento, transportes de destacamentos, etc.

A secção administrativa verifica os créditos necessários ao Estado Maior, à Escola S. de Guerra, ao Serviço Geographico, viagens de Estado Maior, manobras, etc.

O 1º bureau tem como atribuições estudar a organização geral do Exercito, os efectivos, a mobilização, os aprovisionamentos em material e munições.

O 2º bureau ocupa-se dos exercitos estrangeiros, dos addidos militares e das missões ao estrangeiro. Com este bureau quasi exclusivamente tenho que me entender no Ministerio da Guerra; canalisa e encaminha todos os pedidos dos Addidos militares estrangeiros em França.

O 3º bureau estuda e prepara o plano de operações de guerra, a instrução geral do exercito e fiscaliza as escolas, o ensino e o pessoal docente.

O 4º superintende os transportes, ferroviarios, fluviaes e marítimos e tem alcada directa sobre todos os caminhos de ferro.

Esta distribuição parece ter dado sempre toda satisfação e a melhor prova está em não haver sido alterada durante a guerra.

Passo agora a examinar quaes as modificações ocorridas na chefia do Estado Maior General no periodo das hostilidades.

Durante o gabinete Painlevé, após o malogro da offensiva de Abril de 1917, tratou-se de estabelecer uma autoridade intermediaria entre o Ministro da Guerra e o commandante em chefe dos exercitos, que era nessa época o general Nivelle.

Antes, por decreto de 31 de Julho de 1915, havia-se atribuido ao Chefe de E. M. junto ao Ministerio da Guerra a solução das questões religadas á organização e emprego dos recursos da zona do interior.

Mas, sob o fundamento de ser exigida em maior escala a cooperação do Estado Maior do Exercito (interior) no estudo dos problemas do preparo e coordenação das operações militares, julgou-se indispensavel dar a este official atribuições mais vastas e se começou alterando o título para Chefe do Estado Maior General do Exercito.

Na realidade, o que se tinha em vista não eram principios e sim personalidades. O nomeado foi o general Pétain. E as atribuições pareceram logo tão pouco definidas que déram lugar a se não saber mais qual ficava sendo a mais elevada autoridade, se o Chefe de E. M. G. ou o general em chefe dos exercitos.

Era uma perigosa dualidade de commandos, como tive o ensejo de salientar em meu Relatório n.º 4, pg. 30, de 31 de Maio de 1917.

Dias depois, Nivelle era exonerado do comando em chefe e substituído por Pétain, cujo cargo passava a ser desempenhado pelo general Foch; e por decreto de 11 de Maio fixavam-se as atribuições do Chefe de E. M. G. dando-lhe delegação do Ministro da Guerra para estudar todas as questões technicas interessando as operações militares e para dirigir os serviços geraes do interior.

O Chefe de E. M. G. devia dar ao Ministro de Guerra o seu parecer technico sobre:

1º) a conducta geral da guerra e a cooperação dos exercitos aliados;
 2º) os planos geraes de operações estabelecidos pelos generaes em chefe, unicos incumbidos de sua execução;
 3º) programma de constituição de material de guerra;

4º) distribuição dos recursos do paiz em efectivos e material sobre os diferentes theatros de operações;

5º) emprego dos meios de transporte do territorio e, de um modo geral, sobre todas as questões sujeitas ao seu exame pelo Ministro. Cumpria-lhe mais, centralizar as questões de escoio dos officiaes generaes e passavam sob sua alçada directa as missões militares e os dívidos militares franceses no estrangeiro.

O novo Chefe de Estado Maior General instalou-se no edificio destinado ao Conselho Superior da Guerra nos Invalidos; constituiu logo o seu pequeno Estado Maior, chefiado pelo general Weygand e formado por um pessoal eleccionado e distribuido em 3 bureaux. (O de transportes, não figurava); esse Estado Maior, para distinguir-se do que continuava no Ministerio da Guerra, passou a se denominar Groupe A (groupe avant, enquanto o outro era E. M. arrière).

Parallelamente, continuava no M. da G. um sub-chefe de E. M. com o titulo de major general do Ministerio da Guerra. Este cargo, a principio exercido pelo general Duport, foi depois ocupado pelo general Alby. O numero de sub-chefes de Estado Maior foi elevado a quatro.

Reconhece-se que a organisação, em boa hora confiada ao então general Foch, permitiu a reunião de elementos, visando facilitar a coordenação dos exercitos da Entente.

Na sombra e silenciosamente, sob a direcção de tão illustre mestre, o «Groupe Avant» seguiu todas as operações e acompanhou a evolução fôrmidavel da luta.

No momento critico, os Aliados tiveram à mão o homem necessario, indicado não só pela sua experencia, como pelo estudo amadurecido: haviam-se-lhe aggreminado em torno os elementos de um Estado Maior de escol, que decidiu a phase victoriosa da campanha.

Em Janeiro do corrente anno, ou, mais exactamente, a 30 de Dezembro de 1918, o cargo de Chefe de E. M. G. vago desde a elevação do Marechal Foch ao commando supremo, e que era preenchido interinamente pelo general Alby, passou a ser desempenhado de forma definitiva por este general.

Um commandante de C. de Ex.^a, o general Pont, foi nomeado major general e quatro generaes de brigada passaram a ter, como sub-chefes, alçada directa sobre os bureaux. Estes eram:

General Luyt para o 1º, Hallier, para o 2º, Ganter, para o 3º, e Gassouin, para o 4º; mas este ficou sendo incumbido mias especialmente, junto ao Ministerio da Viação, de centralizar a direcção dos transportes.

O general Hallier, tendo seguido em missão para Viena em Abril, foi substituído pelo general Vidalon que commandava, ultimamente, a 1^a Divisão do Exercito Polaco.

A's Directorias das Armas incumbe mais particularmente o pessoal e o material; organisa os quadros de accessos; dependem do Chefe de Estado Maior, embora não fazendo parte do Estado Maior propriamente dito.

Com a guerra, algumas directorias, como a de Saúde, a da Justiça militar, e mesmo simples secções da directoria de Engenharia, como era a Aeronautica, ou da Artilharia, como o Armamento, evoluiram e se desenvolveram de forma a constituir, as tres primeiras, Sub-Secretariados autónomos e a quarta um Ministerio, todos tendo á frente deputados (respectivamente MM. Mourier, Ignace, Dumesnil e Loucher), com o tratamento de Ministros.

Aos poucos, se desfaz a inflação: o S. S. da Aeronautica militar e marítima foi extinto e cada uma das divisões voltou a constituir uma Directoria particular nos respectivos Ministerios; o Ministerio do Armamento foi transformado em Ministerio da Reconstituição Industrial, regressando à Directoria de Artilharia a secção que lhe pertencia.

Passo a examinar rapidamente os Sub-Secretariados.

Em virtude das circumstancias, do regimen parlamentar e por ser o Ministro da Guerra o proprio Presidente do Conselho, existia e ainda existe um S. S. — da Presidencia do Conselho (deputado M. Jeanneney) que tem mais especialmente por objecto:

As relações franco-americanas, dirigidas por um embaixador, M. Cambon;

os efectivos de terra e mar, commissariado chefiado por um senador, M. le Harissé;

a Segurança Nacional, repartição de alta polícia, com a qual repetidas vezes tive de entender-me, para conseguir saída ou entrada do território francês para brasileiros; dirigida por um Conselheiro de Estado, M. Maringer.

O Commissariado Franco-American, chefiado pelo deputado Tardieu: esta repartição tomou tal desenvolvimento que, apesar de subordinada à direcção de M. Cambon, no inicio, acabou absorvendo-a e constituindo-se autónoma. Desdobra-se em seis direcções:

1º) gabinete; 2º) assumptos militares, chefe o general Le Rond; 3º) intendencia; finanças, compras, abastecimento, armamento, aeronautica; 4º) transportes marítimos; 5º) assumptos administrativos e technicos; 6º) imprensa, informações, assistencia.

Como se percebe, este S. S. é, provisoriamente, repartição annexa ao Ministerio da Guerra e desaparecerá, quando o titular desta pasta não fôr mais simultaneamente Presidente do Conselho.

O segundo Sub-Secretariado é o da Administração da Guerra, dirigido pelo deputado Abrami.

Cumpre esclarecer que em 1912 havia sido criado um Secretariado geral da Guerra, ocupando-se mais especialmente dos serviços administrativos; mas em Dezembro de 1916 o Sub-Secretariado foi encarregado da Administração geral, comprehendendo em suas atribuições as questões de ordem administrativa relativas ao E. M. do Exercito, as Directorias e Serviços da Administração Central, exceptuando-se apenas os que dizem respeito ao Serviço de Saúde.

O S. S. da A. da G. tem sob a sua dependencia a Inspectoria geral dos efectivos (gene-

ral Deprez), as pensões, o Controle — repartição fiscal que comprehende o estudo dos orçamentos e créditos supplementares, centralização e verificação das contas, contratos e compromissos financeiros — as Comissões parlamentares de compras e a Directoria Geral da Intendência (V. adiante).

O *Contentioso e Justiça militar* constituída an-

tes uma simples Directoria do M. da G. à qual cumpria o estudo das questões relativas aos operários militares, sua assistência, pensões militares e civis, reclamações sobre interpretação de contratos, actos legislativos, expropriações, etc.

Transformada em S. S. da Justiça Militar — deputado Ignace — fiscaliza mais a applicação do código militar, anterior a 1914, e enfeixa também os múltiplos serviços concernentes aos prisioneiros de guerra.

O *Serviço de Saúde* exerce a sua acção, de forma quasi autónoma, sobre o numeroso corpo médico, hospitais, Cruz Vermelha, donativos e concursos estrangeiros. Desdobra-se em secções que se denominam Serviços; assim, além do Gabinete, o Serviço de Pessoal, o Técnico (Hospitalização, de medicina, de cirurgia, de reeducação dos mutilados, etc.), o de Contabilidade, o de Material Sanitário e Abastecimentos (material, farmácia, alimentação, com as sub-divisões de transportes, aquisições, etc.).

Depende do S. S. S. a directoria dos aprovisionamentos, fabricações e Estabelecimentos Centrais do S. S., comprehendendo numerosas secções.

Para precisar idéas, basta dizer que a acção do S. S. S. se exercia, em 1917, sobre mais de 17.500 médicos, 3.240 farmacêuticos, 3.800 oficiais de administração e cerca de 35.000 empregados civis.

O desenvolvimento tomado por esse S. S. parece indicar a sua constituição num ministério independente, abrangendo todas as medidas concernentes à higiene pública; pelo menos, na última grande epidemia, este S. S. estendeu a sua acção por todo o país e distribuiu em turmas, por diferentes localidades, os médicos de reserva brasileiros que haviam sido postos à sua disposição.

Dentre as Directorias, a mais importante, quanto ao numeroso pessoal que superintende, é a da *Infantaria*. Além das 3 primeiras secções — Pessoal, Recrutamento e Estabelecimentos de Infantaria (Escolas e Centros de Instrução) abrange ainda a fiscalização do treinamento físico e inspeção os centros de educação e preparação militar.

A da *Cavalaria* tem duas secções que se ocupam com o pessoal e a remonta; uma sub-directoria é exclusivamente destinada à Gendarmeria. Existem ainda duas Inspectorias: a das remontas, chefiada por um general e a de veterinaría, dirigida por um Veterinário Inspector (assimilado a general de brigada).

Em 1913 foi criada uma Inspectoria Geral de Cavalaria, que devia ser confiada a um general de divisão, membro do C. S. G. e cuja

missão é assegurar à arma a unidade de vista na aplicação dos regulamentos, dirigir a instrução tática dos generais e chefes de corpos, assim como as manobras de conjunto da arma. Este cargo é hoje exercido pelo general d'Urbal.

A *Directoria de Artilharia* tem á sua frente o general Bourgeois (que acumula com a direcção do Serviço Geographico).

Distribue-se por três secções — a de pessoal (organização e mobilização), a técnica e a recente e transitoria, relativa ao fornecimento de material ao exército americano.

Depende da Artilharia uma sub-divisão destinada a adquirir grande desenvolvimento, que talvez venha a constituir uma Directoria especial, a da artilharia de assalto, comprehendendo duas secções: a de organização e mobilização, e a técnica.

O *Serviço Geographico* continua a ser dirigido pelo eminentíssimo general Bourgeois. Em relatório anterior tive ensejo de dizer como o pessoal deste Serviço se desdobrou pelos Canevas de Tir, secções topográficas e cartográficas criadas junto a cada exército, onde se realizavam a revisão e correção das minutas, concernentes á zona de operações. O S. G. propriamente dito achava-se reduzido a um grande estabelecimento lithographico e immensa arrecadação fornecedora de variado material topográfico, destinado não só aos Canevas de Tir, como ás unidades de artilharia.

A *Directoria de Engenharia* é extraordinariamente complexa, devido ás numerosas sub-divisões de material. Tem, como as demais, um general á sua frente e se reparte em duas secções: pessoal e material.

Além das Inspectorias técnicas de engenharia propriamente dita, e dos trabalhos de defesa das costas, existe uma sub-directoria especial para o estudo e aperfeiçoamento do material e diversas secções técnicas.

O S. S. de *Aeronautica*, agora suprimido, recolheu as suas duas repartições — aviação militar e marítima — aos respectivos ministérios. Assim a Directoria de Aeronautica, chefiada a princípio pelo coronel Dhé e ultimamente pelo general Duval, desdobra-se em quatro bureaux: um de pessoal, outro de aerostação, terceiro de aviação e o quarto técnico.

Existe uma Inspectoria Geral das Escolas de Aviação, a cuja frente esteve o deputado coronel Girod; as escolas eram em número de onze, durante a guerra; algumas, como a de Ambérieu e Pau, já foram fechadas.

Provisoriamente, e afim de attender á situação criada pelo armistício e á necessidade de restituir ao país as forças indispensáveis á sua evolução económica, sem enfraquecer em demasia o exército, foram constituídos dois Sub-Secretariados especiais:

O da desmobilização, confiado ao deputado Louis Dechamps, que regula a época em que as diversas classes podem ser dispensadas e dirige todas as providências a respeito.

O da liquidação dos stocks de guerra, ao qual incumbe dar destino ao immenso material de toda especie, acumulado em vista da continuação das operações e que a paz torna dispensável.

Como se percebe, estes dois Sub-Secretariados são função das circunstâncias de transição e desaparecerão em breve.

A's Directorias das Armas compete a fiscalização das Escolas práticas respectivas. Assim, da D. A. depende a de Fontainebleau, da D. C. a Escola de Rambouillet — que volta em breve para Saumur —, da D. E. a Escola de Caminhos de Ferro e dos alumnos officiaes de Versailles.

Uma Directoria especial — a das Tropas Coloniais — chefiada pelo general de B. Aube, enfeixa todas as questões relativas, não só à contribuição militar das colónias, como á mão de obra que estas podem fornecer. Essa directoria distribue os seus serviços entre 5 secções: a secção técnica, a do pessoal da infantaria colonial, a do pessoal de artilharia colonial, intendencia e serviço de saúde das tropas coloniais, a de material e contabilidade e por fim a de organização dos trabalhadores coloniais.

A Directoria da Intendencia Militar — dirigida por um Intendente equiparado a general de brigada — comprehende, além do gabinete e da secção de mobilização e abastecimento, 6 bureaux, cujas incumbências assim se resumem: 1º) pessoal da intendencia e mobiliário; 2º) viveres; 3º) forragens, aquecimento, iluminação; 4º) soldos e gratificações; 5º) fardamento e equipamento; 6º) transportes e despesas de deslocamentos.

Uma ultima Directoria que, com a extinção do Ministério do Armamento reverte ao M. da Guerra, é a de Polvora e Salitres, dirigida pelo general Lheure. Repartição quasi exclusivamente de ordem técnica, superintende as fabricas de polvora e os laboratorios pyrotechnicos, que tiveram extraordinario incremento durante as operações.

Eis resumida a distribuição do organismo administrativo technico do Ministerio da Guerra Francêz. Esforcei-me em apanhar o conjunto, sacrificando, forçosamente, detalhes. Nem era possível de forma simultanea, esmiuçar e synthetizar; preferi ater-me a este ultimo alvitre, certo de assim conseguir fixar algumas idéias.

Paris, Março de 1919.

Tenente Coronel Malan.

O que o Exército pode ser para a Nação

(Continuação)

b) Outras matérias

Para a ordem unida no batalhão a aprendizagem, em face dos movimentos de conjunto do pelotão e da companhia, não durará muito, por quanto nossos regulamentos reduzem, acertadamente, ao minimum os movimentos de conjunto, isto é, estabelecem o estrictamente necessário para que a companhia possa «manobrar» de maneira a ocupar seu lugar nas formações preparatórias de combate, etc.

Desde que a companhia esteja segura nas evoluções isoladamente, é quanto basta, no ponto de vista do soldado; as grandes evoluções da companhia nas maiores unidades, atendendo sómente aos chefes, que têm de fazer os

commandos apropriados. É necessário ainda que os chefes aprendam o que têm a fazer, para o que é preciso um certo numero de exercícios de conjunto.

O que exige grande tempo no aperfeiçoamento profissional do soldado, é o estudo da maneira de combater, bem como o conhecimento de sua obrigação nos serviços de cobertura em marchas ou em estação.

Os perigos da luta moderna são tais, que as tropas dentro de pouco tempo são dizimadas, si não souberem fazer um uso judicioso, nas marchas sob fogo inimigo, dos menores acidentes do terreno. É necessário desenvolver neste ponto de vista a inteligência, a iniciativa, o golpe de vista do soldado; tornal-o apto a aproveitar todas as circunstâncias favoráveis para se dissimular, esconder, rastejar, estacionar em pontos donde possa fazer bom emprego de sua arma, cobrindo-se, o quanto possível, do fogo do adversário. É preciso procurar, multiplicar as ocasiões de pôr em prática esta iniciativa, de sorte que torne o soldado instinctivamente «desembaraçado». É preciso exercitá-lo nos ataques ou defesas de cidades, vilas, bosques, povoações, etc.; ensinar-lhe a conducta sob o fogo inimigo de infantaria ou artilharia, a maneira de receber as cargas de cavalaria, etc. É necessário aperfeiçoá-lo no manejo da pá, da picareta, da serra, do facão, para construir abrigos, trincheiras, organizar ou destruir defesas accessórias.

É então que se o habitua ás longas etapas, que se o exercita em marchas e em combates á noite; o papel do soldado na vanguarda, numa guarda de flanco; elle aprende seu papel de ronda, de transmissor de ordens ou esclarecimentos; ensinam-se-lhe os meios de orientação em campanha... Fazem-se exercícios de acantonamento ou de bivaque; estabelecem-se postos avançados: posto principal, pequenos postos, linhas de sentinelas duplas, postos de observação, etc.

Não basta porém fazer uma unica vez cada exercício; é preciso repeti-lo sempre, para que cada um delles se torne familiar, para que o soldado não fique nunca embaraçado em qualquer circunstância que se apresente. Semelhante resultado não é facil de obter-se e a simples enumeração que precede prova que não é em um tempo muito reduzido que se o consegue. Será suficiente percorrer rapidamente um livro para se o comprehendêr bem e conhecê-lo? Absolutamente, não. É preciso lê-lo lentamente e com attenção, insistindo, repisando, sobre as phrases mais obscuras. Da mesma forma não se poderia instruir o soldado percorrendo a passos largos um programma de instrução sobre-carregado: é necessário avançar lentamente — piano, piano... Deve-se levar em consideração, como em todos os ramos da actividade humana, o princípio da economia de forças.

A instrução do soldado deve ser integral, isto é, deve estender-se a todos os elementos essenciais das questões que elle terá sempre a resolver. Mas como o numero de conhecimentos que podem «entrar» em um cerebro humano depende de sua «capacidade», e sendo o cerebro dos nossos soldados de pequena capacidade, importa evitar a instrução, como na linguagem do povo se diz, «a matar», que não dará sinão resultados muito deficientes; ao contrario, mi-

strar os conhecimentos lentamente, aprofundando, solidificando, de maneira tal que a execução dos mesmos seja natural, espontânea, por meio de repetições frequentes, rápidas; que a da caso de aplicação que appareça, a decisão seja pronta; que o soldado não tenha tempo a reflectir, que ele não tenha mais que dar appello à memória: é preciso que elle queira, pelo treinamento profissional, o julgamento «inconsciente» que mostra instantaneamente o caminho a seguir. Todo exercício repetido em frequencia torna-se cada vez mais fácil, e, as sensações accionando directamente os músculos, imponha-se immediata e irreflectidamente solução de qualquer problema novo, análogo a um caso já passado.

Albert Levy, em sua «Psychologia do caráter», escreve:

«Quando duas ideias são percebidas ou duas pressões experimentadas em connexão íntima, é, simultaneamente ou em successão imediata, uma, reproduzindo-se no espírito, tende lembrar sempre a outra. E esta tendência à associação mutua é — como o habito, do qual a é uma manifestação — proporcional ao numero de vezes em que estão unidas (repetição das mesmas circunstancias) e à intensidade com que se apresentam ao espírito.»

O argumento verdadeiramente decisivo em favor da redução do tempo de serviço militar, segundo J. de Bloch «é que na Russia a escola do soldado, isto é, os exercícios de aperfeiçoamento, a gymnastica, as marchas militares, o serviço em campanha, o manejo da arma, as formações táticas, o tiro ao alvo, são ministradas em nove meses».

Suas investigações, parece, têm mostrado que, fim de nove meses, os soldados estão suficientemente exercitados para que um instructor, os mais habéis, possa fazer distinção entre o soldado que tenha servido sómente nove meses e um outro, que tenha passado três anos no serviço.

Os sucessos da guerra da Mandchuria permitem-nos julgar que esta instrução que J. de Bloch enaltece, era muito mal compreendida; mas, esta prova — todavia concludente — posta parte, não é somente, por ser impossível distinguir nas fileiras um soldado de nove meses de um outro de 3 anos, que se pôde concluir que um vale o outro. Julga-se o soldado em acordo com a sua maneira de agir espontaneamente, isoladamente, fora da fileira, em todas as circunstancias que se assemelham ás da guerra, e não conforme a sua attitude entre camaradas, nas fileiras. Tal como J. de Bloch afirma, todos que vivem no meio dos soldados bem distinguem muito bem o antigo do recente, que tem nove meses de serviço. Manifesta-se no antigo, uma diminuição dos conhecimentos profissionais, e um aperfeiçoamento que se observa pela maneira com que executa todos os trabalhos que exigem grande appello à iniciativa. As manobras, sobretudo, percebe-se que o antigo soldado tem o sentimento do «já feito», «já visto», que lhe dá uma notável superioridade sobre o novo.

As manobras! Eis o que permite aos chefes ligar de valor profissional das tropas que comandam, oferecendo toda a sua resistência physiologica. Permittem decidir se, physiologica e

profissionalmente, o soldado está apto a representar o papel de combatente.

Mas vejamos se o que se passa nas manobras se relaciona com as circumstancias da guerra. Na guerra, marcha-se, estaciona-se, combate-se; nas manobras opera-se segundo os temas que estabelecem situações possíveis de combate, e, para chegar á solução destes temas, marcha-se, estaciona-se, combate-se.

Uma tropa A marcha ao encontro de uma tropa inimiga B. A marcha ordena-se e executa-se, segundo ordens semelhantes ás expedidas em tempo de guerra, em condições idênticas; duma e doutra parte, os escalaões de exploração executam sua tarefa: lançadas á distancia, as patrulhas de cavalaria procuram o inimigo, colhendo os esclarecimentos sobre sua situação, sua direcção de marcha, seus efectivos; seguem as fracções inimigas encontradas.

De parte a parte estes serviços lutam com intelligencia, habilidade, rapidez; os esclarecimentos são enviados por estafetas, que se exercitam assim, através um paiz predesconhecido, a procurar os escalaões para os quais são enviados. Si tal se torna necessário ao desempenho de sua missão, os dous grossos de cavalaria chocam-se e combatem...

Entretanto a massa das tropas caminha e marcha como marcharia na guerra; as etapas são determinadas, os repouso calculados; cavalaria, infantaria, artilharia, etc., escalonam-se ao longo das vias em grupamentos provisórios de marcha realmente organizados. Segundo o que sabe sobre a situação do inimigo, e levando em consideração a necessidade de dar ás tropas um repouso suficiente, o commandante ordena o estacionamento nos logares determinados, baseando-se nas circumstancias da marcha, sobre o trabalho fornecido pelas diversas grandes unidades e sobre a tarefa que incumbirá no dia seguinte a cada uma delas: os grupamentos provisórios de marcha deslocam-se para formar os grupamentos temporários de estacionamento. Nos acantonamentos, estabelece-se o serviço de guarda, e a organização do serviço de protecção depende da situação respectiva das tropas inimigas. No dia seguinte os grupamentos temporários de marcha, diferentes em princípio dos da véspera, e um serviço de segurança em marcha sucede ao serviço de segurança em estação.

Desde que o contacto com o inimigo é tomado, a batalha está proxima; novas ordens deslocam os grupamentos de marcha ou de estação para formarem os grupamentos de combate e estes variam conforme as circumstancias, que o commandante aprecia.

Até aqui tudo que se faz na guerra reproduziu-se. Mas quando todas as disposições estão tomadas para a luta, quando os objectivos são determinados, a manobra não representa mais exactamente a guerra; — os fuzis não enviam balas, nem os canhões granadas ou shrapnells; não se poderia dizer com acerto qual dos adversários teria, na realidade, as vantagens da luta; tudo o mais os arbitros podem determinar mais ou menos, segundo as disposições tomadas, as maiores ou menores probabilidades que teria um ou outro partido de desbaratar seu adversário.

E' para o combate propriamente dito que se pode dizer que a manobra dá uma falsa idéa

da guerra, ou melhor, não dá uma idéa exacta da guerra; mas não se pode dizer o mesmo do conjunto das manobras.

Estas são o grande meio de instrução dos chefes superiores e dos estados-maiores.

E' sobretudo nas manobras que os chefes de toda categoria aprendem a dar ou interpretar rapidamente as ordens: é então que todos os graduados, de todos os graus da hierarquia, encontram a occasião de desempenhar seu papel como na guerra.

Os officiaes põem em prática os princípios da condução das tropas, dos cursos que são dados nas escolas, os livros que tratam do assunto; mas a tática é sobretudo uma ciência de applicação, e aqui, mais do que nunca, a prática deve completar a ciencia. Pode-se ser um eruditó, um escriptor profundo, e ser um māo tático no campo de operações. Julgamento sem a ciencia, é melhor que muita ciencia sem julgamento, e é a prática repetida que, na tática, dá o julgamento. E' sobre o terreno que se julgam os officiaes; e nas manobras que se distingue o homem que sabe decidir rapidamente e da solução a dar passar à execução.

E' nas manobras também que o serviço de intendencia se familiariza com seu funcionamento no tempo de guerra. O serviço de saúde nelas encontra, outrossim, uma esplêndida occasião de se instruir. As tropas destinadas à formação dos trens e comboios não aprendem bem seu papel sinalo nas manobras, onde funcionam realmente.

As manobras têm para os chefes subalternos e os soldados o resultado de lhes mostrar ao menos uma vez o que é uma completa e boa disposição de tropas de todas as armas, o que são as columnas de numerosos efectivos, o que são os acantonamentos, o que é um serviço quasi real de exploração e de segurança.

Si rebentasse uma guerra, o soldado que já tivesse participado de grandes manobras havia de executar muita coisa semelhante em muitos pontos ao que já houvesse executado. Ele teria o conhecimento do «já visto», e, não se pode negar que este sentimento do «já visto», «já executado», é uma força moral, que reage sobre a força física; e, pelo menos a este título, as manobras seriam muito úteis. Em sua obra *Vom Kriege*, Clausewitz dizia:

«E de capital importância que todo militar, quaisquer que sejam sua posição e suas funções, não veja pela primeira vez na guerra cousas que, à primeira vista, lhe proporcionem o espanto e a perplexidade; basta que elle tenha previamente testemunhado estas cousas para que logo familiarizado com elas.»

J. de Bloch diz também:

«O treinamento mecanico das manobras é inútil no campo de batalha em vista da enorme dispersão das tropas e da construção dos entroncheiramentos.»

Não se percebe como a grande dispersão das tropas prejudica as manobras; quanto mais elevados forem os efectivos a manter, maior a necessidade de habilitar-se-lhes a mover. Além disso no que poderia a construção dos entroncheiramentos tornar inútil o treinamento nas manobras? Não comprehendemos perfeitamente esta idéia; é apparentemente insensata.

Este capítulo não se pôde terminar aqui. Somos obrigados a demonstrar que os argumentos de Mossio e de J. de Bloch não têm o valor que Mlle. Joteyko lhes empresta, em uma obra que tem por fim demonstrar que se pôde diminuir o tempo de serviço.

Parece necessário, para terminar a questão, buscar o argumento empregado pelos publicistas e que J. de Bloch e Mlle. Joteyko naturalmente reproduziram: a Suissa e a Hollanda reduziram a alguns meses a duração do tempo de serviço.

Não são estes os únicos países que introduziram o tempo de serviço em tão curto prazo; é necessário citar a Dinamarca, a Suecia e a Noruega.

(Continua)

Tenente José Portocarrero.

Bento Manoel Ribeiro

Conferencia realizada no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo pelo tenente coronel Pedro Dias de Campos.

(Conclusão)

Novo lapso de paz para o Rio Grande permitte ao lendário defensor das fronteiras curto mas merecido repouso, até que em 1851 realiza-se entre a República Oriental, o Estado de Entre Ríos e o Brasil, uma aliança offensiva. Essa aliança tinha o objectivo de assegurar a independência daquella República, para cuja consecução tornava-se necessário a expulsão das tropas do General Oribe para além das fronteiras.

Um nome logo se impôz para chefiar as tropas que tinham de desempenhar a ardua tarefa. O General Conde de Caxias foi encarregado de organizar um exército, e com elle invadir a Banda Oriental. Bento Manoel Ribeiro, altivo e sereno, estava de novo ao seu lado.

Nomeado presidente do Rio Grande, o chefe do exército mobilizou todas as tropas da província organizando um corpo de 20.000 homens, repartidos em quatro divisões e estas, em 14 brigadas. A primeira divisão, a mais importante, foi confiada a Bento Manoel, em Agosto de 1851. Pouco mais tarde tendo Caxias necessidade de deixar temporariamente a tropa, entregou a Bento Manoel o comando em chefe do exército, o qual teve de iniciar, imediatamente, o movimento para a frente, transpondo o rio Gy e indo estacionar em Santa Luiza. Bento Manoel transpôz este passo em 2 de Novembro, num aceno de ameaça ás tropas do dictador Rosas, que dominava, com tirania, no território que invadira.

Terminou ahí a brilhante carreira militar do grande tático e arrojado batalhador. Doente, — por se terem agravado os seus atrozes padecimentos, originados pelas graves feridas que em rudes campanhas recebera, — fôra forçado a deixar a chefia do exercito e dimissionar-se igualmente do commando da primeira divisão, que elle com tanto carinho organizara nos pampas.

Retira-se, em seguida, licenciado, para Santa Catharina afim de tratar-se convenientemente, mas afagando ainda a esperança de, restabelecido, voltar ás lides guerreiras que se tornaram para elle uma segunda natureza.

Naquella província, onde fôra tratado com grande desvelo, recebeu Bento Manoel a notícia de ter sido elevado ao posto de tenente-general e a ordem do dia baixada pelo general Caxias elogiando-o e agradecendo os inestimaveis serviços prestados ao Brasil e ao exercito.

Tendo pedido reforma, por se sentir incapaz de voltar ás fileiras, foi elle primeiramente promovido ao posto de marechal e, em seguida, por decreto de 22 de Setembro de 1852, obteve a sua retirada com o soldo integral, por haver servido no exercito, na paz e na guerra, mais de cincuenta annos.

Não podendo transferir-se para a terra de seu nascimento, como parecia desejar, de Santa Catharina partiu o marechal Bento Manoel Ribeiro para Porto Alegre, onde se achavam reunidos, afim de esperal-o, quasi todos os membros de sua numerosa familia.

Neste estudo, sómente ligeiros traços das lides guerreiras do inolvidável brasileiro puderam ser colligidos. As suas gloriosas campanhas dariam matéria para varios volumes. E nem siquer foi possível aproveitar tudo o que sobre Bento Manoel Ribeiro escreveram os saudosos historiographos Barão do Rio Branco, capitão Pretextato Maciel da Silva e dr. Tristão de Alencar Araripe, os quaes foram accordes em affirmar que, sosinho, elle assignalou para os factos militares e para o Imperio Sul Americano, o periodo de maior gloria.

Faleceu Bento Manoel em 30 de maio de 1855 e seu restos mortaes repousam na necropole daquella cidade, cuja cavaleiresca populaçao se honra com tão precioso deposito.

Eis ahí «quem era o sorocabano Bento Manoel Ribeiro». Expoente da energia de um povo que fez a grandeza territorial do Brasil em extraordinaria expansão de vitalidade; expoente de uma raça que devassou, audaz, o coração das florestas misteriosas, attingindo pontos dominados por povos de outras raças, expellindo-as e afastando-as; expoente dos intemeratos que fizeram — com os invasores, — recuar os marcos fronteiriços, Bento Manoel não podia deixar de ser o que foi, não podia deixar de justificar e mais ennobrecer a sua digna ascendencia; tinha de juntar aos trophéos reunidos pelos seus antepassados, os louros imarcessiveis de seus gloriosos feitos de guerra.

Seu corpo descansa na fria argila da campanha que tanto amou, mas a sua alma, sua heroica alma, adeja ainda no espaço, inspirando todas as nobres accões de civismo de que somos testemunhas.

Sua alma, irmanada á de Ozorio, guiando-lhe os passos, inspirando-lhe a estratégia, auxiliando seu braço herculeo, batalhou e venceu nos pantanos paraguayos. Com Ozorio, colheu os louros das pugnas formidaveis de Itapirú, Passo da Patria, Estero Bellaco, Tuyuty e Humaytá.

Desapparecido o Marquez de Herval, seu espirito se encarna em Deodoro, que proclama a Republica; em Floriano, que consolida as instituições republicanas; em Bilac, que pronuncia em S. Paulo a oração sublime, destinada a ecoar em todos os recantos do paiz e no coração da juventude brasileira; na tropa, despertando o civismo e o entusiasmo patriotico; na mocidade, que vibra intensamente, inspirada em novos ideaes; no povo, que nos oferece o espectáculo bello e dignificante de um esforço conjunto na marcha para a frente, objectivando nobres e grandes destinos.

O espirito de Bento Manoel continuará, — pelos séculos — a alentar os nossos corações de patriotas, a proteger a nossa nacionalidade, e a fazer resplandecer, pelo entusiasmo dos moços, em uma Patria gloriosa o nosso Brasil esplendoroso.

Um gesto louvável.

Do Sr. Major J. de Castello Branco recebemos uma carta narrando a bondade e o interesse com que a «Papelaria Macêdo» procurou auxiliar a realização do concerto em beneficio de um mutilado

da batalha de Cururú. O missivista mostra-se admirado e agradecido porque a «Papelaria» não só promptificou-se a fornecer os ingressos, programmas, etc., gratuitamente, como ainda se ofereceu para auxiliar outros serviços que fossem necessários, dando assim um exemplo de civismo. Também folgamos em dar publicidade a esse acto modesto e silencioso em que se lembra o exercício da bondade sem promover chás pelas crianças estrangeiras e outros *rastacoerismos* que justificam o nosso apelido de *mucacos*.

Combate de Sarandy

Nos ultimos numeros d'«A Defeza Nacional» li uma conferencia do Sr. Coronel Pedro Dias de Campos, sobre Bento Manoel. A parte publicada no primeiro d'elles termina no combate de Sarandy, havendo nos seus dous ultimos periodos, referencias honrosas ao Major Alencastre.

O combate de Sarandy e os actos d'elle decorrentes, em que foi parte saliente o Major Joaquim Antonio de Alencastre são dignos de rememorar, porque apresentam acções nobilitantes dos nossos antepassados, que tanto luctaram para nos legar o luxuoso patriotismo, que possuímos.

Não foram promissores de paz e de socego os alvares do seculo XIX para o Brazil, na sua fronteira meridional. Ao finar-se o seculo anterior, o seu poente era rubro clarão de incendio, que se não extinguiu e veio ainda reproduzir-se no seculo nascente, anunciando guerras porfiadas com um tragico cortejo de horrores. As contendas entre os povos ibericos tinham aqui a sua repercussão sanguinolenta.

José Borges do Canto, Manoel Pedroso e Gabriel Ribeiro de Almeida foram os heroes masculos da conquista das Missões Orientaes do Uruguay. Conquista grandiosa que nos deu um dos mais bellos pedaços do nosso torrão, feita por heroes, a quem a posteridade abandonou ao esquecimento.

Consolidada a conquista, continuaram as guerras. André Artigas e o General Chagas rivalisaram em crueldade e depredações em ambas as margens do Uruguay.

Não lograram os homens daquella época serenos dias de paz; ao contrario viviam em guerra, da guerra e para a guerra.

Rudes, bravios, heroicos, devotados ao serviço das armas endureciam os organismos em contacto diario com a natureza selvagem. Sem lar, sobre o corcel brioso, voavam pelas coxilhas, de guerra em guerra, sublimes de bravura e de desprendimento, esperando sempre a morte tragicá, na meia lua de uma lança inimiga. Mas nem por isso se lhes afrouxava o animo varonil e inquebrantavel. O socego e a paz só lhes vinham com a velhice ou quando já esgotados ou valetudinarios.

O combate de Sarandy teve como consequencia a perda da Província Cisplatina. Fossem quaes fossem os resultados da Batalha de Passo do Rosario, fatalmente chegariam á independencia do Uruguay que era um acontecimento a que se não poderiam oppor as forças imperiales. O Uruguay é um ninho de heroes, é um povo indominavel, que se não submetteria ao jugo estrangeiro. Sua independencia foi um acto diplomatico, conquistado pelos heroes de Sarandy. Sem a victoria de Lavalleja e Rivera não teríamos a Batalha de Ituzaingo, cujos resultados indecisos não teriam as consequencias imediatas que surgiram, se não fossem as complicações internas e externas da politica imperial. Os Uruguaios trabalhavam para a independencia de seu formoso e rico solo patrio e os Argentinos pela sua annexação ás Províncias Unidas do Prata.

E' preciso conhecer esse povo de perto para vel-o grande no seu devotamento patriótico, immenso na veneração de seus heroes, fanatico pelo solo patrio e pela sua grandeza, até á allucinação. Criança, vivendo ao lado d'elles, sem conhecer os nossos homens e os nossos heroes, ouvia com inveja meninos uruguaios falar dos seus e cantar as façanhas dos 33 orientaes. A impressão que tínhamos, elles e eu, era que se tratava de gigantes invencíveis, lendarios, que nos abysmavam na nossa incomprehensão de crianças. A humilhação que eu sentia ao ouvir-los cantar os seus heroes na sua formosa lingua, quente de patriotismo infantil, doia-me tanto! E' que aquella Patria lhes tinha custado os sacrificios de seus maiores e elles aprendiam a amá-la e a venerar os seus grandes homens desde o lar, desde a escola. Nunca a fatalidade geographica apertou dentro de limites tão reduzidos um povo tão grande. Bem haja aos heroes que sustentam a obra grandiosa de seus antepassados, guiando-a

ara um melhor futuro de engrandecimento moral e político.

O Combate de Sarandy realizou-se no dia 12 de Outubro de 1825. De todas as descrições desse combate, a que se nos figura mais verdadeira, é a que foi feita pelo General Ozorio, em resposta aos quesitos, que lhe foram propostos pelo Barão do Rio Branco.

Os Uruguaios, commandados por Laalleja e Rivera achavam-se acampados á margem esquerda do Sarandy, a um quarto de legua, acima do passo. Bento Manoel, os primeiros clarões matutinos passa para a margem esquerda e encontra o inimigo, que tinha 500 homens a cavalo, de alcatéa. Depois de reconhecida a força inimiga, a força brasileira muda de cavalos e apresta-se para o combate. Pela opinião do General Ozorio nós teríamos uns 1.400 homens e os Uruguaios um pouco mais de 2.000. Baldrich diz que as forças dos adversários eram unicamente equilibradas.

A força brasileira lançou-se sobre a inimiga em columnas de meios esquadrões, sem reservas. Approximando-se, o inimigo formou em linha e lançou duas columnas de flanqueadores sobre os dous flancos da nossa força.

O nosso centro resistiu, desbaratou o inimigo, avançou, sendo detido pelo canhão uruguai. Os flancos cederam imediatamente diante da superioridade numérica e do arrojo da investida. O Major Alencastre foi o único que brigou, detendo o inimigo em cheque durante 3 horas, o que permitiu a retirada dos outros destroços da força brasileira.

«O Major Alencastre com pouco mais de 400 homens vitoriosos, cercado no campo, teve que capitular» (General Ozorio) «O combate começou às 9 horas da manhã. Só por parte do Major Alencastre é que teve a duração de mais de 3 horas, porque ele rechassou diferentes cargas, e, entrando em parlamento, essa demora facilitou a retirada dos dispersos». (General Ozorio) Parece que se pode dizer que o Major Alencastre salvou a honra das armas brasileiras.

Baldrich na sua «Guerra del Brazil» assim se exprime: «La masa enemiga, semejante a las hojarascas de la selva, arrastrados por la tempestad, se dispersó,

traz breves remolineos, animadas por las locas energias del panico. Solo el bravo y sereno commandante Alencastre — semejante a Ordoñez en el campo luminoso de Maipo — logró reunir em torno suyo a 400 soldados e 40 officiales, reliquias de la brillante division. Logró imponerse en el primer momento y se retiro em orden y amenazante al otro lado de Sarandy, alestando una suprema esperanza de salvacion, hasta que al fin, acossado por todos los lados y no veyendo outra solucion que una inutil carniceria se rindió reclamando para el y los suyos todas las consideraciones debidos a los prisioneros de guerra, que les fueram ampliamente accordados.»

O Combate de Sarandy que teve mais importancia pelas grandes consequencias que produziu, que pelas forças que nesse se engajaram, é uma accão typica d'aquella época. Não havia serviço de segurança, nem manobra. A causa resolvia-se á valentona. Era tudo uma questão de bravura pessoal, de astucia, de arrojo.

O unico simulacro de manobra foram as columnas de flanqueadores, lançadas contra as nossas forças, e a retirada do Major Alencastre, que procurou manobrar para salvar-se, passando o Sarandy.

E assim é a historia. De um combate tão pequeno derivaram consequencias tão grandes!

E para terminar vou citar na integra uma passagem interessantissima de História do General Ozorio. Tratando-se do Combate de Sarandy merece especial menção uma occurrence digna de memoria:

«Capitulando, o Major Alencastre caiu prisioneiro com 49 officiales e 470 inferiores e soldados. Conduzidos do campo foram postos a bordo de um navio na Villa de Paraná, capital de Entre-Ríos. Em viagem Alencastre concebeu o plano de sublevação contra a força que os guardava e como geitosamente combinasse com os companheiros e realizou em volta para Santa Fé. Ao seu grito de Viva S. M. o Imperador, estes prisioneiros heroes atiraram-se desarmados sobre a escolta e luctando a dominaram. Em seguida Alencastre forçou o mestre e o pratico do navio a seguir pelo rio Paraná. Passou em frente á bateria defendida por 6 bocas de fogo. Para não ser atacado faz içar a bandeira argentina e consegue illudir as povoações de S. Lourenço e Rosario. Aproveita-se da noite para fur-

ar-se ás baterias de S. Nicolau, S. Pedro, e São Mateus. Entra no Rio Pavão, passa ao quassú e illude tambem a vigilancia das anhoneiras artilhadas, resolvido porém a deixar-lhes a prôa se as encontrasse pela frente. Até então, levando inimigos a bordo tem navegado durante tres dias e duas noites, sem mantimentos. «Os feridos que iam a bordo são alimentados com caldo de carne salgada. Não ha medicamentos. Para que não falte o sustento, Alencastre distribue a ração de carne secca de uma onça a cada turma de 170 soldados e faz que pesquem. Engrandece sua heroicidade com um acto generoso. Não se vinga do inimigo: arrecada todo o cheiro que tem e o dos companheiros, une roupas, arreios, e junto ao povo de Guareliquay desembarca os officiaes e soldados inimigos, mandados para os custodiar, fazendo-lhes de tudo isso presente e os deixa ir em paz. Fica com 25 avinas, 22 espadas, cananos e cartuchos. Continua a navegar. Procura o Uruguay e rumo a Martin Garcia e depois, avisando a Flotilha Brazileira, arria a bandeira que hasteara por cautela e em seu lugar iça outra feita de forros dos homens no mastro grande aos gritos de «Viva Imperador!»

Perfeitamente salvo e bem acolhido com seus camaradas entrega o navio em e viera (nsignificante, e apropriado para regar madeira) á marinagem d'elle, m cujos serviços seria impossivel a lvação.»

Cap. A. Alencastre.

O que traz de novo o R. Cont. (N.2)

II

Continencia individual. — No art. 11 destaca-se claramente os elementos, já referidos no art. 3, como «essenciais, solidarios e inseparáveis»: a atitude durante a continencia, o gesto correspondente, a distancia e duração. Novidade propriamente não ha, mas o que assume esse carácter pela razão de que não era corrente a interpretação uniforme é o facto de definir precisamente cada um dos elementos, fazendo saltar os que em geral eram menospresados. Geralmente a continencia individual era o gesto de mão feito de qualquer modo, sem encarar superior, e à ultima hora. Na letra b, tratando do gesto, está grifado: «o olhar franco naturalmente voltado para o superior, acompanhando-o com a cabeça, durante a continencia». inspirado na observação dos nossos habitos art. não termina sem esta recapitulação: «A distancia e a duração da continencia e encarar as condições essenciais da continencia individual em qualquer situação».

Define ainda o art. a maneira como o superior responde á continencia: encarar o subordinado, levar a mão á cobertura e baixá-la em seguida.

No art. 12 completam-se e corrigem-se as indicações para o caso de militares que se cruzam: começo da continencia em qualquer caso a 5×; si ambos marcharem, cessa logo que se cruzam; si o superior está parado cessa 3× depois de passado, (no caso inverso ver 11c); se são de igual graduação cessa após um passo.

No art. 13 resolve-se, no final, a questão do braço pendente durante a continencia em marcha: nem continua a oscillação, porque isso seria mecanicamente forçado, nem fixa a mão á perna: cessa a oscillação.

No art. 14, tratando dos casos em que se faz alto para a continencia, é fixada a distância em que se pára: tal que a execução possa começar na distância de continencia (11c).

No art. 15, 2º periodo, regulamenta-se de acordo com a boa educação civil e com o que é pratico, o modo de proceder quando dois militares se encontram numa porta fechada, o superior a querer entrar. Lembro-me por exemplo, da sentinella do portão dos fundos do quartel do 1º R. A. Não era propriamente uma sentinella, porque o homem ficava só de cinturão e sabre.

O portão era fechado sem chave. Um oficial ia entrar, o homem perfilava-se, fazia continencia e muitas vezes ficava longamente nessa atitude, enquanto o pobre oficial suava a forcigar no fecho emperrado e a empurrar o pesado portão e, logicamente, a fechá-lo depois... porque se o homem não devia ou não queria abrir-o, também não devia fechá-lo!

Isso era correcto, pratico, militar?

No art. 16, mantendo o princípio de que os militares onde se encontrem devem se saudar, fica abolido o pedido de licença, a não ser para o caso de terem as praças que tomar lugar em veículos de condução publica, na frente de seu superior, por falta de outro.

Estabelece-se também como obrigação para as praças quando embarcam nos bonds, auto-omnibus, etc., tomarem lugar na metade de traz, mesmo que não haja superior no veículo. E ainda «se o superior não achar lugar cede-lhe o seu».

No art. 17 harmonisam-se as conveniencias do serviço e as necessidades da cortezia do militar no caso de entrada em dependencias de trabalho.

No art. 18 estabelece-se a conducta quanto á atitude entre militares que se falam: posição de sentido, levar a mão á cobertura e baixá-la; exceção: se uma praça fala a um oficial ella conserva a mão na cobertura. O que o R. ali não diz é que o oficial pode mandar baixar a mão, mas isso é intuitivo.

Quando dos dois militares que se falam o mais graduado está a pé e é oficial, o menos graduado sempre apóia (mesmo que também seja oficial), salvo si estiver armado de lança.

Mas, por exemplo, um soldado a cavalo, para falar a um sargento que esteja a pé, fica montado.

Como regra nova, de utilidade prática, vem esta passagem: «E se o encontro com o superior se dá fóra da cidade, povoação ou bivaque, o militar lhe comunica quem é, de onde vem e onde vai».

No art. 19 regulamenta-se a conducta do soldado que seja chamado por um superior.

No art. 20 regulamenta-se a prestação do sinal de respeito no interior do quartel ou nos bivaques, etc. Nem é preciso estarem a toda hora a fazer continencia, nem é admissível também a indifferença completa.

Adopta-se, finalmente, a saudação verbal, excellente meio de traduzir maior affinidade entre o official e o soldado.

No art. 22 define-se a conducta no caso do militar ouvir o Hymno Nacional.

No art. 23 apareceu implícito o princípio de que o militar á frente de tropa é superior também dos de graduação igual à sua, desde que estejam isolados.

No art. 25 dá-se uma solução geral para o caso do militar armado, isolado: continua com a arma como estava, só não faz o gesto da mão, salvo se estiver com a espada (ou sabre facão) embainhada.

No art. 26 precisa-se a conducta do official armado de espada quando falar com um superior; ocorreu um erro no fim do art., consequência de ter sido adoptado o R. A. B. quando já estava pronto o projecto do R. Cont., 2ª edição: em vez de "se estiver a pé segura-a pelo punho (vide R. A. B.)", deve ser, se estiver a pé segura-a como prescreve o R. A. B. (127).

No art. 30 estabelece-se que os cdtes. de unidades só tem o signal de corneta no seu quartel.

No art. 31, tratando-se da continencia de sentinelha descoberta, está dudoso o mais, como no n.º 11. Quer dizer: atitude, encarar, distância e duração, como na continencia individual do soldado desarmado.

No art. 32 fica eliminado o brado *d'armas* para continencia, mesmo quando não haja comunicação eléctrica, ou outra, com o corpo da guarda. D'ahi a redacção mais curta, mais forte, mais prática, do art. 33: «As sentinelhas só chamarão *às armas* em caso de alarme».

No mesmo 32 estabelece-se que a guarda só forma em continencia para o cdte. do corpo, seja qual for sua graduação, e para o fiscal se for tenente coronel.

(Continua)

Razões porque deve ser adoptado o sistema "Morse" no novo I. S.

Olhando de um ponto de vista alto e portanto com horizonte maior, abrangendo o conjunto, não nos apegando só ao que está feito e com coragem para abandonarmos o conservatorismo *a outrance*, essas razões são:

1.a — «Essa adopção vem uniformizar a linguagem telegraphica no Exercito.»

Indubitablemente isto é um *desideratum* a atingir, pois tudo que é uniforme é mais fácil, mais simples e só o que é simples na guerra facilita o exito.

2.a — «O alfabeto «Morse» é mais fácil

de aprender que o actual do nosso I. S. (*)

E' evidente que as combinações do ponto e do traço do «Morse», para a formação das letras, são mais fáceis (*) que essa formação pelo nosso actual I. S. com suas regras de inversão, preestabelecimento dos vários grupos de letras, repetição mental de várias letras de um grupo para se interpretar, como transmittida ou recebida, a última, etc., causas essas mais ou menos complexas, *encombrantes* para o espírito da massa geral dos instruendos.

3.a — «Um soldado instruído para signaleiro, desde que se adopte o sistema «Morse», fica apto a ler com facilidade uma fita telegraphica commun, a receber ou transmittir um radiotelegramma, pois o alfabeto ali usado será então o mesmo que aprendeu quando fez sua instrução de signaleiros.

4.a — «A transmissão «Morse» é muito menos fatigante que a do I. S. actual.»

E' claro que o pequeno movimento feito pela mão, calcando um manipulador para produzir o ponto e o traço «Morse», ópticos, é muito menos cansativo que os movimentos largos dos braços que exigem o nosso actual I. S.

5.a — «Nosso actual I. S., quanto aos signaes à noite, tem pontos muito críticos.»

Realmente, há causas de confusão, ininteligência, inexequibilidade no estenderem-se as regras para o manejo das bandeiras ao das lanternas, pois difícil, se não impossível, é distinguir-se uma cor de outra da luz das lanternas, à noite, desde que a distância seja maior de 600m a 800m.

Tanto isto é verdade que no Curso de Aperfeiçoamento de Infantaria houve necessidade de usar-se uma terceira lanterna para ponto de referência, afim de saber-se qual o braço que mantinha elevada uma das lanternas enquanto o outro fazia a signalização.

6.a — «No ponto de vista technico-elettrico do fabrico e consumo de pilhas para as lanternas eléctricas, o sistema «Morse» de signaes facilita sobremaneira a economia, pois que todas as pilhas usadas nessas lanternas e d'entre estas as fabricadas por nós no Arsenal, são mais próprias a trabalhos intermitentes que con-

N. da R. — Tenha paciencia o nosso distinto colaborador: tudo, menos isso!

nuo (por permittir aquelle trabalho intermitente operar-se a *recuperação*, de que llas necessitam, nos pequenos intervallos e descanso entre os fechamentos de circuitos); a vida util d'esses elementos de energia fica n'esse régimen intermitente augmentada de mais de 1/3 do que teriam lles em trabalho continuo, sem *recuperação*.

Além d'essas vantagens de ordem tecnico-economicas, temos a accrescentar vantagem economica evidente de obter o mesmo fim — transmittir e receber sinais — gastando menos energia que com o actual sistema entre nós, que é de luz permanente; podemos dizer, com pratica que hoje temos do manuseio desse material, que é mesmo uma das azões do pouco exercitamento de signalização á noite pelos corpos de tropas o acto das pilhas secas, que são ainda raras, gastarem-se muito rapidamente em circuito fechado, permanentemente, por horas nos exercícios.

Prevendo que o bom senso fará adoptar o sistema «Morse» para o nosso I. S., estou fabricando no Arsenal de Guerra para fornecimento aos Corpos, lanternas electricas robustas com dispositivo para obter-se luz intermitente por intermedio de um pequeno manipulador, podendo ser tambem obtida luz permanente por uma rotação dada na maneta do manipulador, isto para attender-se ao emprego que se possa precisar fazer d'ella, para illuminar um caminho, por ex., assim como para servir obedecendo-se as prescrições do nosso actual I. S.

7.a — «A signalização de dia pelo sistema «Morse», optico, é perfeitamente possível e evita mais confusões que o actual I. S. em que se empregam bandeiras.»

Se abandonarmos as bandeiras como apparelhos de signalização e usarmos um pequeno apparelho que garanta mais a visibilidade, mesmo em caso de vento forte (o que com as actuaes bandeiras não se obtém), conseguiremos esse desideratum.

Esse apparelho, que occupa mais ou menos os mesmos volume e peso que as actuaes bandeiras, compõe-se de um disco rigido, branco ou vermelho (mutável para attender-se aos fundos onde se vae operar), que fica com seu plano perpendicular à frente da estação com a qual se corresponde o posto, quando não se envia signal

algum, ficando assim invisivel para o correspondente e paralelo á frente d'essa estação, com maior ou menor demora, conforme se envie um traço ou um ponto luminoso das letras do alphabeto «Morse»; a actuação para tal obter-se é feita por meio de um manipulador pequeno, exigindo apenas movimentos da mão do operador, calcando a maneta do manipulador.

O fabrico do apparelho no Arsenal de Guerra é muito facil e barato; d'ele apresentarei á commissão que fôr encarregada de comparar os systemas, modelos a serem experimentados.

Assim ficam dadas as razões, encaradas todas as faces das vantagens, para a adopção do sistema «Morse» optico, no nosso novo I. S.

E' bom repetirem-se bem os raciocinios, os informes; que surja a discussão, mas lembremo-nos sempre que signalização regimental é *ligação*, que ligação é informação e ordem para acção tambem, que é *coordenação* de movimentos, sem a qual não ha efficiencia no esforço e, mais, lembremo-nos que só o que é simples vence na guerra, d'onde não ha necessidade de complicar-se, com modos diversos de expressão, aquillo que, no fundo, é sempre o mesmo — a ligação.

Capital Federal, 14 de Novembro de 1919.

Cap. Flávio Q. Nascimento.

R. T. I.

(2.ª edição — continuação)

N.º 98. — Embora estabeleça este numero que os tiros de combate podem ter lugar em todas as estações do anno, uma nota que lhe vem apensa, particularisa a generalidade do principio. Segundo esta nota os tiros de combate «devem ser iniciados o mais tardar com o periodo de companhia, de modo que no exame respectivo esta unidade já esteja em condições de ser submetida a uma prova até o tiro de esquadra». Isto quer dizer que até esse exame a companhia já deve ter exercitado até o tiro de esquadra inclusive.

A addição da nota referida era necessaria; ella se impôz, uma vez observado que o principio acima não tinha sido na tropa convenientemente comprehendido. Effectivamente, mesmo aqui na Capital Federal, onde a instrução obteve maior desenvolvimento, o tiro de combate foi sempre feito, em todas as suas gradações, apressadamente e nos ultimos dias do anno, geralmente no pequeno periodo de quinze dias.

Os corpos não executavam um curso normal de tiro, na forma que o regulamento estabelece.

Alguns commandantes se julgavam mesmo satisfeitos com a realização de um único exercicio em cada categoria.

Ora, não é isto, certamente, o que em rigor chama tiro de combate, e dahi o facto de, é hoje, taes exercícios entre nós muito pouco serem deixado em ensinamentos.

Os tiros de combate não encaram como objectivo principal a obtenção do maior numero de impactos, mas sim, o exame das causas determinantes das variações nos diferentes resultados alcançados. Certamente só estudando estas causas será possível encaminhar a instrução com uma orientação proveitosa. E não será com exercícios feitos apressadamente, sem o tempo cessario a um exame minucioso de suas condições e de seus resultados, que se colherão ensinamentos capazes de um real aproveitamento da tropa. Os tiros de carácter individual podem ser começados até mesmo no periodo de recrutas, uma vez que nelles só tomem parte as aças consideradas promptas.

Assim, a nota alludida prescrevendo que os tiros de combate tenham começo o mais tardar em o periodo de companhia, não só obriga que se iniciem cedo, como evita qualquer pretexto relativo á questão de tempo. E' de esperar, portanto, que não mais se veja articular a justificativa dessa ordem: «a instrução de tiro deve o seu completo desenvolvimento devido escassez de tempo, à gripe, etc.». E as «directivas», estabelecendo nos exames de companhia uma prova obrigatoria de tiro de combate até a esquadra inclusive, não tiveram em vista, antecipando-se á 2^a edição do R. T. I., não pôr em prática essa exigencia do regulamento.

N.º 131. — Adoptou-se no exemplo deste numero a linguagem mais apropriada as exigencias do combate. Effectivamente, a noção de metro não pratica em taes situações e só os recursos de casião (largura de mão, dedos, etc.) têm aplicação. O mesmo se observou no exemplo do 132. E' bom agora que se não veja nestes exemplos equivalencia nas suas indicações; teve apenas em vista o estabelecimento de uma guagem mais apropriada, como já se disse.

N.º 141. — Este numero define agora, precisamente, quais os homens que são ou não obrigados á execução dos tiros de combate. Verifica-se por elle que os sargentos só devem ser instruídos na direcção de unidades (está comprehendido que não se trata dos sargentos que têm funções especiais), porque é de suppor que tenham passado por todos os degraus dessa instrução. Os cabos só são obrigados á execução dos de preparação e de esquadra.

Dos que são obrigados pôde o commandante de sua companhia deixar de levar alguns homens, s termos da nota deste numero.

Os corneteiros e tambores têm funções especiais no combate; o tiro de instrução basta para os casos em que tenham de tomar parte no fogo.

A precisão estabelecida neste numero faz sapparecer a duvida a que davam lugar alguns numeros da antiga edição; duvida aliás infundada, por quanto a autoridade de que governos commandantes não lhes permite mais o eito de consultar em cousas de tão pequena conta. No caso de duvida resolve-se, dá-se ordem, comunicando-se a quem compete a resolu-

lução tomada. Amor á responsabilidade e nada de temor! Certamente não dão atestado de capacidade de commando os que tudo resolvam por consultas.

N.º 145. — Segundo este numero a organização dos temas deve ter em vista uma execução compativel com a quantidade dos cartuchos disponíveis.

Para os que se dedicam ás divagações do calculo, esta questão tem baixado a detalhes que chegam ao extremo. Não é preciso tanto, porque se por um lado um consumo de cartuchos sem resultado correspondente significa um desperdicio de forças, por outro, é preciso não esquecer que «para atingir o fim de um combate não se hesitará em consumir todos os cartuchos necessarios» (n. 119).

Tudo depende, portanto, de criterio em julgar as situações particulares de cada exercicio, e que não é de boa pratica uma critica severa, que tenha como objectivo assinalar um gasto para mais ou para menos de meia duzia de cartuchos. Só o intuito condenável das comparações entre unidades, para que todas executem os seus tiros debaixo de condições rigorosamente iguais, justifica precisões de carácter tão absoluto.

«Os temas para os tiros de combate não consistirão apenas em um problema technico, mas encerrará sempre uma idéa tactica e na apreciação do resultado (n. 148) do tiro deve-se attender antes de tudo é a conducta da tropa no ponto de vista da tactica, da direcção e da disciplina do fogo.

Nestas condições, não é tambem recomendavel a preocupação em fazer com que todas as unidades executem seus tiros de combate em situações absolutamente idênticas (mesmos temas e distâncias, mesmos objectivos com os mesmos intervallos, igual numero de cartuchos, etc.). Muito menos se justificam as comparações (classificações) entre unidades pelos simples resultados de seus tiros.

Neste particular, o que se deve fazer é comparar para cada unidade com os preceitos dos regulamentos, isto é, o que os regulamentos recomendam. Só uma comparação dessa natureza permitirá avaliar do grau de instrução de cada unidade. (*)

A comparação entre unidades só se justifica quando se tem em vista, exclusivamente, o resultado dos tiros. Quando, porém, se procura apurar o conjunto de toda a instrução tactica que o exercicio permite, é absurda e injusta qualquer classificação.

Em geral, os partidários dessas classificações recorrem á autoridade do general Rohne para justificá-las, esquecendo-se todos, porém, que é o proprio Rohne quem diz «que no tiro de combate o objectivo da instrução não deve ser a grande % de impactos, mas obter um efecto suficiente».

Ora, esse efecto não se obtém sómente pelo tiro; muito concorre tambem a conducta da tropa no terreno. E' por isso que «essa expressão só serve para comparar tiros realizados em condições iguais».

(*) Muito de propósito encaminhei n'este sentido o presente comm' otario, exactamente para assinalar a orientação visivelmente errada que se tem dado no julgamento dos nossos exercícios de tiros de combate.

Segundo esse criterio de classificações, seria injusto, por exemplo, collocar em primeiro lugar uma unidade que teve bom resultado de tiro, mas que se conduziu mal no terreno e teve a probabilidade de chegar á posição de fogo com seu efectivo reduzido, em face de uma outra que apesar de ter apresentado menor rendimento no tiro, chegou, todavia, visto ter-se bem conduzido, á mesma posição com seu primitivo efectivo.

Quando apenas se tem em vista apurar o resultado dos «tiros» as outras considerações de ordem tactica devem ser postas de lado; as fracções que vão atirar devem ser dispostas em situações rigorosamente iguais. Neste caso não ha necessidade de fazer preceder o «tiro» com aparatos de themes, e trabalhos de approximação; basta que os homens, para não se fatigarem e possam apresentar um resultado brilhante, impressionador, sejam desde o inicio dispostos na posição em que vão romper o fogo.

Mas este apuro é exactamente o menos importante, porquanto o que propriamente se procura é uma instrução tactica perfeita, onde tudo influe para o resultado final do tiro: fadiga, comando, disciplina, conducta, estado moral, etc., factores estes que só são levados em conta pelos que não têm preocupação de parecer aos outros efficientes.

Não é, portanto, sem fundamento que a nova edição do R. T. proíbe no n.º 130 que se estabeleçam «comparações baseadas apenas nos resultados», isto é, comparações «absolutas» entre unidades, levando sómente em conta o resultado dos tiros. Certamente esta proibição é só para os efeitos da instrução, porquanto será sempre muito difícil nos concursos de tiro colectivo fazer um julgamento seguro, quando além do resultado do tiro se é obrigado a comparar factos de ordem muito mais complexa.

* * *

Embora os nossos comentários se refiram mais ás alterações que foram introduzidas com a nova edição do R. T. I., como vem aproveitar a oportunidade e submeter a considerações alguns pontos do regulamento que não têm conseguido marcar na tropa uma reflexão mais ponderada. Tal é o que se segue nas ultimas linhas de hoje.

N.º 147.—Diz esse numero que na prática, devido á escassez de munição, «nunca será possível o desenvolvimento completo de uma acção de infantaria; em geral, figurar-se-ão phases de combate».

Os r.ºs officiaes que dirigem os tiros de combate ficam, em geral, satisfeitos exigindo o r.º em uma unica posição; preferem, às vezes, fazer deslocamento de alvos a obrigar a que os atiradores executem, no mesmo exercicio, tiros em mais de uma situação. Emfim, preferem nunca levar o exercicio a mais de uma de suas phases.

Certamente que nunca se devem executar todas as phases de um combate, mas também que se não limitem os exercícios a uma unica.

A propósito disto apenas lembro, como exemplo, a leitura de uma notícia sobre tiros de combate, na Argentina, notícia esta, transcripta pelo Boletim Mensal do nosso Estado Maior.

* * *

Não convém deixar em silêncio a interessantíssima questão da «progressão» a observar na execução dos tiros de combate. A razão desse commentario é o facto de algumas unidades terem iniciado os tiros de combate com os tiros chamados de «exame», com a aggravante ainda desses tiros terem sido feitos com companhias e esquadrões, não se tendo, assim, levado em conta o que diz o R. T. relativamente á «progressão dos tiros de combate» (n.º 100).

Não é isto, certamente. Se essas unidades iam pela primeira vez, no anno, executar o tiro de combate, este só podia ser o de «preparação».

O «tiro de exame» não quer dizer que só pode ter lugar com esquadrão ou companhia. Ele deve ser realizado com a maior unidade que na época do exame já tinha passado por uma prova de tiro que lhe corresponda. E não será certamente por isso que os commandantes deixarão de impressionar (168) a instrução de tiro de combate de suas unidades (companhias e esquadrões), o que, aliás, deve ser feito, mesmo no correr de todo o curso de tiro.

Agora o que se deve dar é o seguinte: a instrução sendo conduzida normalmente, na época dos tiros de exame, estes tiros devem ser feitos por companhia e esquadrão. Se por qualquer circunstancia uma tal normalidade não tenha sido conseguida e o tiro de exame só pôde ter lugar com unidades inferiores á companhia, responderão então perante ás autoridades superiores os imediatamente responsáveis pela execução normal dos exercícios de tiro de combate (commandantes de companhia, de batalhão, etc.); ás autoridades superiores resta aceitar ou não as justificativas apresentadas.

O que em hypothese alguma se deve permitir, é um tiro de combate com um tipo de unidade sem o respeito devido á «natural» e «regulamentar» progressão da instrução. (*)

* * *

Finalmente, reflecta-se um pouco sobre o que na prática dos tiros de combate se tem observado nos corpos de cavalaria.

Um esquadrão nunca entra em fogo com todos os seus homens ao mesmo tempo. Ele é obrigado, em combate, a reservar uma parte delles para tomarem conta de seus animaes. Mas o R. T. C. fala em tiro de esquadrão. É preciso, então, evitar confusão sobre aquella prescrição tactica da arma.

O tiro de esquadrão devia realizar-se, tomando parte no fogo sómente um certo numero de homens; o thema devia impôr-lhe esta situação. Como, porém, para a instrução é vantajoso que todos os homens sejam obrigados a tomar parte no fogo, só se deve deixar para a segurança dos animaes um numero muito reduzido de homens ou mesmo tirar-los de outras unidades. Estes homens figurarão, então, a parte do esquadrão destinada a esse fim, não devendo o thema respectivo deixar de fazer referencia a essa particularidade.

Na infantaria esta exigencia não é necessária, vista a possibilidade dos apoios serem tambem levados á posição de fogo. Cumpre apenas observar, infelizmente, que não se viu ainda nesta arma

(*) Todas estas considerações são aplicáveis ao tiro de esquadra exigido pelas directivas.

hema para companhia que não obrigasse unidade a entrar em fogo, com todos os seus canos ao mesmo tempo; o que é um erro, porque essa obrigação importa em uma forma náutica e leva os commandantes a empregarem seus pelotões sem o respeito imposto pela tática em que se acharem collocados (67). O emprego dos pelotões no combate é feita dos commandantes de companhia; o uso das companhias incumbe aos commandantes de batalhão.

1º Tenente Barbosa Monteiro

Fuzis-metralhadoras Madsen

Os nossos corpos de tropas serão dispostos brevemente e de acordo com a indicação em vigor os novos fuzis-metralhadoras Madsen que acabam de chegar da Europa.

encomenda feita pelo nosso governante da guerra, que ensanguentou o do velho mundo pelo espaço de trinta anos, somente agora pôde ser feita.

opiniões a respeito das qualidades das desse fuzi, são contradictórias, havendo mesmo quem o condene, baseado nas observações da última guerra.

io tenho elementos próprios para formar um juízo consciente sobre a arma em questão, mas o que tenho visto, como testemunha das experiências que estão sendo feitas, leva-me a crer que se trata de uma excellente arma, que habilmente empregada poderá produzir resultados apreensivos, muito concorrendo para o aumento eficaz dos fogos da infantaria. Pensa-se que na guerra russo-japonesa os d'essas máquinas fizeram estacar mesmo recuar um regimento inteiro! Acreditamos nessa possibilidade, mas isso será necessária uma educação esplêndida do operador.

ta felicidade do Exército Nacional, que vitoriosa no Congresso a ideia de serviço militar por dois anos para as armas.

esse tempo sempre se me afigurou como suficiente para o preparo profissional de um bom reservista de qualquer tipo, com redobrada razão, tratando-se de um engenho que demanda qualidades peculiares de força, actividade e sangue, para que d'ele se possa colher todo proveito que é susceptível de dar e o menor dispêndio.

uma máquina, acho o fuzil-metralhadora Madsen um primor de mecânica.

Relativamente simples e resistentes, suas peças se comportam admiravelmente bem.

Tive occasião de observar que, após dez mil disparos com uma mesma arma e com um mesmo cano, tendo este sofrido modificações consideráveis, em seu raiamento, as demais peças apresentavam apenas ligeiros sinais de terem sido utilizadas.

Cabe aqui uma judiciosa observação feita na occasião de uma das experiências.

Antes de quatro mil tiros, já o cano apresentava visíveis sinais de desgastamento das raias, diminuindo desde então a justeza da arma e começando a aparecerem os impactos de costado.

Como, porém, o representante da fabrica assegura para cada cano uma vida precisa para cinco mil tiros, surgiu a ideia de que a camisa dos nossos projectis ponteados seja constituída por metal muito duro, concorrendo assim para a rápida usura do raiamento dos canos, o que não se verificava tão depressa com o emprego da antiga camisa de mailleshort da bala cylinder-ogival.

Esse modo de ver parece corroborado pelo rápido descalibramento que se verifica nas nossas Mauser, quando em uso para exercícios de tiro.

Seria de desejar que a Directoria do Material Bellico tomasse a peito essa verificação, que tanta economia traria para o nosso aprestamento militar, no caso de ficar provada a necessidade de tornar mais branda a camisa dos projectis.

Comparado ao nosso fuzil Mauser, o fuzil-metralhadora Madsen apresenta um inconveniente de nota, — o peso, que anda nas proximidades dos 10 kilogrammas.

Atira como o fuzil de tiro simples, atira automaticamente; pode interromper o tiro automático à vontade do atirador, continuando-o logo que este o desejar e sem preparação especial, bastando cessar a pressão no gatilho ou comprimir-o novamente; seus carregadores são de vinte cinco cartuchos, e rápido e simples é o modo de os substituir; pode dar trezentos tiros por minuto; pode ser manejado por um só homem, o qual sendo hábil poderá d'ele tirar o mesmo proveito conseguido pela metralhadora Maxim; dotado de dois canos de combate, pode atirar continuadamente até o limite da vida d'esses dois

canos, pois enquanto um d'elles é empregado, o outro pôde estar sendo resfriado, para a substituição, etc.

Ouvimos dizer que na guerra russojaponeza uma d'essas machinas deu trinta e dois mil tiros, naturalmente com o emprego de mais de dois canos.

O inconveniente do peso é para mim a unica desvantagem d'essa arma, por tornal-a de difficult manejo, sem apoio.

E creio ser baseado n'isso que os opositores ao seu uso no Exercito encontram o maior fundamento.

De facto, o seu aproveitamento como fuzil demanda força physica não commun, exigencia essa que se torna mais sensivel no emprego como metralhadora, sem apoio.

E' verdade que o apoio da extremidade do cano facilita o tiro automatico e estabilisa a direcção do tiro, mas tira ao fuzil a vantagem de metralhadora, pois, embora os disparos se succedam com a rapidez d'essa arma, não é menos exacto que o cano apoiado difficulta a ceifa, uma das propriedades importantes da metralhadora.

Além d'isso, a trepidação no hombro do atirador, tira-lhe o socego para imprimir ao feixe de trajectorias uma conveniente direcção.

Pôde-se mesmo dizer que no commun dos casos a arma agiria apenas n'uma direcção.

No entanto, um operador de escol poderá eliminar todos esses inconvenientes e o fuzil-metralhadora em sua mão se tornará um engenho temivel.

Para o transporte, o inconveniente do peso é quasi nullo.

Vimos um infante, após alguns kilómetros de percurso, não se queixar de inconveniente algum na condução d'esse fuzil, embora o revestimento de sola, preservativo das costas do conductor estivesse esfolado e com signaes evidentes de que se estragaria depressa, a continuar a marcha. Poder-se-ia sanar esse inconveniente collocando o fuzil no cargueiro que transporta a munição, o que permitiria ao operador transportar a sua mochila.

O transporte do fuzil-metralhadora a cavalo é feito com maior facilidade, podendo mesmo o conductor galopar sem o minimo inconveniente.

Além dos canos de combate, cada arma deve ter um cano de exercicio, o que é

muito conveniente, para evitar o estrago d'aquellos na instrucção do fogo automatico.

Infelizmente, porém, a encommenda feita não previu essa necessidade, de modo que vieram apenas alguns como amostras.

O mesmo aconteceu com os carregadores que não foram encommendados, tendo vindo apenas cem, por conta do representante.

E' verdade que canos e carregadores podem ser feitos no nosso Arsenal de Guerra, mas seria melhor que tudo já estivesse prompto, pois além da economia de tempo, acho problematica a economia na confecção.

Recebemos tambem alguns typos de fuzis-metralhadoras para aeroplanos.

Seu emprego em aviões dará um resultado excellente, atirando contra columnas, pois a ceifa resultará do proprio movimento do apparelho voador.

Fazemos votos para que todas essas armas de repetição automatica sejam distribuidas o mais depressa possível aos nossos corpos de tropa, afim de que sua difficult e especial aprendizagem comece a ser feita desde já.

Dezembro de 1919.

Cap. A. Miranda.

Da Província

Realisaram-se os chamados grandes exercícios de cavallaria. Quanta decepção tivemos e quanta tristeza, ao contemplarmos as provas bem evidentes, bem nulas, de que a cavallaria não tem chefes!

A maior parte dos erros, aquelles que mais prejudicaram o Exercito e que sob o ponto de vista moral nos tiram o orgulho de pertencer à *arma legendaria* e que para o Brazil serão um escarnio si forem analysados por estrangeiros, têm sua origem na inexperiencia, na pouca disciplina dos officiaes, na falta de quem tivesse autoridade moral para resolver, em algumas unidades. Mas também era completa a ausencia dos *officiaes de merecimento*, desse merecimento que ali é tão fallido e que não sahe de alguns *padeiros* e dos raros exames de esquadras que com honestidade ali se podem applaudir.

Ao contemplar certos desastres em que os regulamentos foram inteiramente esquecidos, vendo que não se aproveitam as qualidades extraordinarias desta gente gaucha, inexcusável em desembarço e gosto para a cavallaria, relembrando as lutas estereis que têm prerido os meus companheiros de arma, eu só encontro consolo nos nossos antepassados que desconheciam as fitas e amavam a abnegação, a responsabilidade e a experiençia.

resto aqui a regra foi: cada um faça o que souber. E pena que os carnavales sensíveis a certas partes da instrução da arma não viessem doutrinar aqui, ajudando ou substituindo os **tenentes que comandam regimento**, verificando que com o seu espanhol, a varinha e a educação de dois cavalos que raramente servem ao batalhão, **nossa cavalaria vai aguas abaixo**.

se pôde, com justiça, culpar os officiaes que procuram cumprir o seu dever. Com os inferiores, sem chefes que ensinem, condenados em degrado para os officiaes considerados sem merecimento, com menos da quarta parte da oficialidade necessária e com os poucos que aqui vêm, convencidos de que só tem quem pode pedir em casa dos generais. Atribuir-se no Rio, não é possível exigir exercícios de maior envergadura que os até hoje feitos da cavalaria considerada de elite, onde concentrados os officiaes de merecimento.

As autoridades quizerem aproveitar os exercícios e principalmente os erros que fizeram, para com elas concluir as provisões indispensáveis para reconstituir a nossa cavalaria tristemente destruída e provavelmente abençoaremos as manobras e as versões por que passamos.

commandante depois de um dia de marcha pôr prova de que tivemos notícia. Pensava poder aplicar aqui os seus comentários da «Avenida» e baqueou desanimado, indo a não continuar a marcha, dizendo que chegariam a destino. Fomos a... e desmarchamos para o Saycan.

es de doente surgiram numa coincidência que certamente prenderá a atenção do go-

nto à cavalaria e ao arrejamento os previsões não serão pequenos. Com mais tempo «A» receberá outras notícias documentadas. Pena de transmitir o meu desânimo, mas o meu intuito é contribuir para que os iludamos...»
amento, 25. 12. 19.

manobras ressentiram-se de falta de ligação entre a cavalaria e a artilharia como é re-

centemente o pessoal da Brigada é bom e disciplinado. Campanha de tiro ao meu ver foi um completo fracasso. Basta dizer-se que só compõe o tiro directo; visto estarmos subordinados a uma pequena extensão e não podermos escolher outro local nas **350 quadras do Saycan**.

ginem uma campanha de tiro de brevidade e criticando! Isto quanto à cavalaria. Quanto à cavalaria foi um verdadeiro desastre. Destacaram-se dois esquadrões da Brigada Militar. Os esquadrões dos corpos de Exército entraram em posição de acordo com o

regulamento e o rendimento a 500 metros foi **quasi nulo**.

Bagé, 22 de Dezembro de 1919.

«As manobras tiveram a grande virtude de prevenir da verdade e pedir a atenção e a energia das autoridades para o estado das nossas armas montadas.

Si a marcha dos homens teve dificuldades, muito pior se deu com a dos trens regimentares.

O 15.º R. C. esteve **tres dias** sem contacto com os seus trens e o 11.º R. C. passou mais de 48 horas sem saber onde elles andavam.

E verdade que o tempo foi mau e que alguns corpos lutaram com a passagem de rios e arroios em más condições.

E triste porém verificar-se que a experiência do gaúcho rareia nos commandantes da cavalaria...»

S. Maria, 20 de Dezembro de 1919.

NOÇÕES DE TIRO DE METRALHADORAS

Do «Manual do Soldado de Metralhadoras», de Friedrich von Merkatz. Trad. do 1º Tenente Maciel da Costa.

(Continuação)

8. Tiro contra columnas, estados-maiores, artilharia e cavalaria em movimento

Contra uma columna em movimento, da mesma forma que contra atiradores avançando, não se pode regular o tiro, senão a columna se deita e oculta-se no terreno. O que se deve fazer é bater imediatamente a columna com o fogo de efficacia. Isso se faz com o emprego do fogo com 300 m de profundidade. O emprego do fogo ceifante é o mesmo que para columnas deitadas.

Estados-maiores inimigos, patrulhas ou objectivos que se movem lateralmente com rapidez, também devem ser imediatamente batidos com o fogo de efficacia; a regulação não é possível em tais casos. O tiro se executa por isso de maneira idêntica.

Para atingir todas as partes do objectivo, caso este se move lateralmente com rapidez, deve-se tomar o ponto de visada adiante delle, de acordo com a sua velocidade, porque o projéctil para chegar até lá leva alguns segundos e durante este tempo o objectivo se desloca para a frente.

Pela tabella abaixo se vê a que distância na frente do objectivo se deve tomar o ponto de visada, para atingí-lo quando elle se move lateralmente com muita rapidez:

a 500 m de distância cerca de 10 m na frente
a 1000 m de distância cerca de 25 m na frente
a 1500 m de distância cerca de 50 m na frente

E' muito importante, neste caso, levar em conta a influencia do vento. Se o objectivo, por exemplo, se move para a direita e ha vento forte da esquerda para a direita, desviando o projéctil para a direita, não é preciso apontar tão adiante. Num outro caso, em que o objectivo se move também para a direita e haja vento forte de direção contraria, da direita para a esquerda, é preciso apontar mais adiante ainda do que está indicado na tabella.

Quanto às patrulhas de cavalaria, etc., movendo-se lateralmente, deixa-se que atravessem o feixe. Para isso, escolhe-se o ponto visada

adiante do objectivo e vae-se ao encontro deste empregando, ao mesmo tempo, o fogo com uma profundidade de 200 ou 300 m, até que a linha de visada fique atraç do objectivo. Toma-se então o ponto de visada outra vez adiante do objectivo e deixa-se este atravessar o feixe. Repete-se processo tantas vezes quantas for possível.

No tiro contra artilharia e cavallaria movendo-se lateralmente, só a secção que está do lado para o qual o objectivo se move escolhe o ponto de visada adiante delle; as outras secções, independentemente de comando, reparam o fogo sem rigor por sectores de secção, mas devem tomar tambem para os seus sectores pontos de visada adiante delles.

Vozes de comando no fogo contra:

1. Columnas em movimento.

Commandante da companhia:

Em frente columna! — — — Alça 1700! — 3 voltas! — Toda a companhia atira para todo o objectivo! — — — Attenção! — Tiro continuo!

2. Artilharia passando lateralmente.

Commandante da companhia:

Em frente artilharia passando! — — — Alça 1600! — 3 voltas! — Apontar tres comprimentos de peça adiante! — — — Attenção! — Tiro continuo!

9. Tiro contra cavallaria avançando

Com a alça 700 o projectil se eleva:

a 100 m 0,70 m	} ramo ascendente
200 » 1,25 »	
300 » 1,65 »	
400 » 1,75 »	
500 » 1,25 »	} ordenada maxima
600 » 1, — »	
700 » 0, — »	} ramo descendente

Um cavalleiro avançando por essa trajectoria seria atingido a qualquer distancia, porque a sua altura é um pouco maior que 2 m. (*)

Contra a cavallaria avançando, pode-se, pois, considerar a alça 700 como alça-limite, porque d'ahi para baixo não ha mais necessidade de mudar de alça. Tambem será neste caso muito vantajoso o emprego do fogo com profundidade de 100 a 200 m, afim de compensar os erros de pontaria e bater ao mesmo tempo os escâlões da retaguarda.

A's maiores distancias, para bater fracções de cavallaria procede-se exactamente como se fossem columnas.

Vozes de comando no fogo contra cavallaria avançando: 1. Distancia media.

Commandante do grupo:

Em frente cavallaria avançando! — — — Alça 1000! — Dupla volta! — Attenção! — — — Tiro continuo!

2. Pequena distancia.

Commandante do grupo: (**)

Em frente cavallaria avançando! — Alça 700! — — — Attenção! — Tiro continuo!

(*) Com o nosso armamento, a trajectoria correspondente é de 800 m. Nella o projectil se eleva:

a 100 m 0,71 m)	} ramo ascendente
200 » 1,29 »	
300 » 1,72 »	
400 » 1,94 »	
500 » 1,94 »	} ordenada maxima
600 » 1,88 »	
700 » 1,03 »	} ramo descendente
800 » 0, — »	

(**) Grupo de metralhadoras = 6 peças — Todo o pessoal a cavalo ou em viaturas. O grupo faz parte das divisões de cavallaria.

Notas do traductor.

(Continua)

Orçamento e fixação de forças

Conforme previramos em nossos editórias dos n.os 76 e 77, a lei do orçamento para 1920 e a que fixa as forças de terra para o mesmo anno apresentam vantagens sobre as dos annos anteriores.

Essas vantagens não se resumem só na melhoria de algumas dotações e na amplitude das autorizações que permitem uma administração mais productiva; elles consistem mais na redução relativa das caudas tão perniciosas e na preponderância de idéas boas, justas ou justificaveis.

Especialmente a Camara dos Deputados manteve-se de um modo que merece bastante a attenção dos nossos camaradas digamos mesmo, o reconhecimento do Exercito.

Certamente o Executivo não faltou com a sua inspiração e talvez lhe toque uma boa parte dos nossos aplausos; importa porém salientar que o Congresso ouviu as boas razões e isso não é pouco.

No corrente anno não devemos nos queixar do Congresso, porque a redução dos efectivos foi corrigida por uma autorisação e alguns artigos criticaveis que ficaram, podem ser levados á conta da necessidade que alguns legisladores sentiam de garantir, para essas leis, certos caracteristicos da época e uma determinada sequencia...

Escola de Pelotão de Cavallaria

Programma de instrução elaborado para os pelotões do esquadro de cavallaria da Escola Militar.

I — EXERCICIOS PRELIMINARES

a) Trabalhos sobre grandes linhas (arts 153 e 154 do R. Eq.).

b) Preparação dos homens e dos cavalos para a carga.

c) Constituição do pelotão; sua formação em batalha, em uma e duas fileiras. Contacto, alinhamento. Entrar rapidamente em batalha e sahir de forma. Montar e apesar em batalha.

II — EXERCICIOS DE EVOLUÇÃO

1) Exercícios sem vozes de comando:

a) Marcha em batalha, em uma e duas fileiras, á retaguarda de um guia que toma diferentes andaduras e direcções.

b) Os mesmos exercícios, o pelotão em columna por 4 e por 2.

c) Mudanças de direcção de marcha — mudanças de andaduras por signaes.

- 2) Marchas em direcções determinadas commandante do pelotão enuncia as secções por pontos no terreno).
 3) Execução de marchas longas sobre ponto fixo, nas diferentes andaduras, batalha e em columna.
 4) Idem, sobre um ponto móvel.
 5) Idem, mudando várias vezes de objectivo.
 6) Idem, acelerando progressivamente andaduras, isto é, passando do passo ao trote, deste ao galope e depois alargando o galope até o galope de carga.
 7) Marcha obliqua, em batalha e em columna.
 8) Passagem de obstáculos; marchas em terrenos difíceis.
 9) Passagem de uma formação a outra.
 10) Ruptura por 2 e por 4; desenvolvimento em batalha. Regras concernentes às andaduras e direcção de marcha.
 11) Conversões e mudanças de direcção e objectivos de comando.
 12) Passagem da columna à batalha e vice-versa, por conversão dos grupos de 2 cavaleiros.
 13) Formação e marcha em forrageadores; refazer a formação em batalha.

— EXERCICIOS DE COMBATE A CAVALLO

- 1) Marcha de approximação. Carga em batalha, em uma e duas fileiras. Reunir e seguir. Retirada.
 2) Desenvolvimento em forrageadores, tanto na direcção de marcha, como à esquerda (esquerda), ou numa direcção oblíqua. Carga em forrageadores. Reunir e retirada.
 3) Dispersão do pelotão em esquadras, com intervallos determinados.
 4) Exercícios de exploradores de terra.
 5) Dispersão de uma esquadra, lançada para a frente, ou numa direcção determinada. Esquadra de segurança cobrindo a tropa em marcha.

— EXERCICIOS DE COMBATE A PÉ

- 1) Marcha de approximação. Appear para o combate. Designação dos atiradores; formação das esquadras.
 2) Collocação dos cavalos de mão. Truques de combate.
 3) Execução do combate pelo fogo salto.
 4) Interrupção do combate. Unir. Reunir. A cavalo.

Directivas para o período de Escola de Pelotão

1 — EXERCICIOS PRELIMINARES

Duração: 1 semana.

Uniforme e arreioamento: completos, mas sem equipamento.

Armamento: Lança, espada e mosquetão do 2.º dia de exercício em diante.

Formação inicial: batalha em uma ou duas fileiras; frente variável.

Objectivo: Confirmar o cavalo na marcha em linha recta e habituar o cavaleiro a conduzil-o com segurança, tomando no terreno pontos de direcção; aumentar seu desembaraço, regular e cadenciar as andaduras. Acostumar os homens com as andaduras vivas, principalmente o galope largo. Ensino do emprego das armas brancas no entrevelho e na carga. Acostumar cavalos e cavaleiros a ficarem calmos e silenciosos em forma; perfeita imobilidade no alto em batalha. Modo de montar e apear nesta formação.

Recomendações:

Procurar obter a regularidade e cadência das andaduras, primeiro em um grande rectângulo (art. 154 — R. Eq.), o pelotão por um com distâncias de 2 a 4 corpos de cavalo. Desde que seja obtido o galope natural calmo, passar ao galope largo. Entremear o exercício com frequentes pausas de descanso.

Fazer estes exercícios com a lança «descançada» logo do 2.º dia em diante. Quando a cadência tenha sido conseguida nas diferentes andaduras, fazer exercícios de molinete e manejo da lança. Simular para o fim a perda da lança, fazendo os homens desembainharem as espadas, com as quaes se exercitaram.

Executar golpes de lança e espada contra objectivos collocados na pista rectangular (art. 95 a 100 do R. A. B.).

Conseguida a perfeita regularidade das andaduras e a segurança no golpe, executar estes exercícios fora da pista rectangular, em direcções variadas, por homens isolados e depois por grupos de 2 a 4 cavaleiros (Arts. 157 R. Eq. e 102 R. A. B.).

Nos exercícios preparatórios para a carga (arts. 155 R. Eq. e 52 e 101 R. A. B.), o pelotão forma-se em batalha, os cavaleiros sahindo da forma por 1, a grandes distâncias, percorrendo em galope de carga uma pista de 60 a 80 metros, onde será collocado um objectivo a lançar (ou golpear com a espada), primeiro nas direcções «em frente, à direita» e «em

frente, á esquerda» e depois «em terra, á direita (carga contra atiradores deitados). Ver tambem os arts. de 49 a 51 do R. A. B.

Ensinar tambem n'esta semana, a constituição do pelotão, sua formação em batalha, papel do cavalleiro centro, numeração do pelotão e modo de perfilar. Fazer o pelotão sahir de forma e entrar rapidamente em batalha nas diferentes andaduras, a pé firme e em marcha. Diferença entre «Reunir!» e «Ao alinhamento!»

Desembaraçar os homens no montar e apear e conseguir dos cavallos a mais perfeita calma nestes movimentos. Para isto, fazel-os a principio por tempos, lentamente, acariciando e acalmando os animaes nervosos. Sómente quando os cavallos deixam montar e apear parado, é que se começa a procurar rapidez na execução destes movimentos. Esta execução só será perfeita quando o pelotão não perder a formação. Uma vez montados, procurar o alinhamento pela direita, sem voz de commando. Fazer tambem este exercicio por signaes.

II — EXERCICIOS DE EVOLUÇOES

Duração: 1 semana.

Uniforme e arreiamento: como para os exercícios preliminares.

Armamento: idem.

Formação inicial: batalha em duas fileiras, frente variavel. Exigir immobildade desde o primeiro dia.

Objectivo: Obter a mais perfeita ligação da tropa ao chefe, quer em batalha, quer em columna. Habituar os homens com os commandos por signaes. Assegurar a direcção de marcha sobre pontos fixos e moveis e as mudanças de pontos de direcção. Conseguir o augmento progressivo das andaduras para o ataque e a mais perfeita ordem nas passagens de formação, deslocamentos obliquos e mudanças de direcção de marcha. Emfim, dar ao pelotão cohesão, flexibilidade e elasticidade, de modo a assegurar a sua efficacia no combate e preparal-o para os movimentos no ambito do esquadrão.

Recomendações:

Exigir desde o começo que os homens olhem na direcção de marcha. Para isto, prohibir terminantemente que o alinhamento seja procurado olhando á direita ou esquerda. Cada cavalleiro deve poder dizer, em cada momento, qual o seu ponto de direcção.

Não deixar o pelotão perder a cohesão. E' preciso, por outro lado, que os cavallos estejam com o eixo normal á linha da frente, quando o pelotão parado, para que, ao marcharem, tracem rectas paralelas.

E' deste parallelismo das pistas percorridas pelos cavallos e da cadencia uniforme, que resulta o alinhamento, que é assegurado a todo momento pelo contacto, estribo contra estribo. O cavalleiro que não olhar em frente, tomando um ponto de direcção no terreno, perde a pista que deve traçar com seu cavallo e perturba todo o pelotão. Aquelle que modificar a andadura ou a cadencia, atrasa-se ou adianta-se na marcha, prejudicando o alinhamento.

Na marcha obliqua, observar sempre o perfeito parallelismo da frente da formatura. Cada cavalleiro coloca seu cavallo com o eixo n'uma obliqua de 45° em relação á direcção primitiva, o contacto sendo remado para o lado do deslocamento. O joelho deste lado deve ser mantido atraz do joelho do lado opposto do companheiro com o qual deve ser mantido o contacto. Assim, na obliqua á direita cada um coloca seu joelho direito atraz do joelho esquerdo do companheiro da direita. Todos olham n'uma direcção obliqua, para o lado do deslocamento.

Na formação em batalha manter a distancia entre a primeira e segunda fileira (1,50, contados da cauda do cavallo dianteiro ao chanfro do da retaguarda), pelo qual é responsavel o cerra-fila do cavalleiro do centro. Ensinar a este cavalleiro a manter, por sua vez, a mesma distancia em relação ao commandante do pelotão atraz de quem deve sempre estar collocado.

Observar que na passagem para a columna a distancia entre as duas fileiras seja reduzida a 0,75, e que os cavalleiros collocados á retaguarda cubram-se sempre pela frente.

Nas rupturas e conversões de que resulta a columna, é preciso que o sargento, deslocando-se para a frente do 1.º grupo de cavalleiros, não modifique a direcção de marcha deste grupo, que é do pelotão.

Do mesmo modo, nos desenvolvimentos para a frente e nas conversões de que resulta a batalha, assegurar que não haja oscillação na direcção de marcha, que passa então do sargento ao cavalleiro do centro.

Distinguir nas conversões dois casos, que não estão perfeitamente claros no R. E. C.

Na conversão a peão fixo (empregada no pelotão em batalha isolado sómente a pé firme, ou em marcha no âmbito do esquadrão para passar da batalha á columna e vice-versa), o contacto é tomado para o lado interior e o alinhamento pelo exterior, sendo a andadura mantida pelo cavalleiro deste flanco; o flanco interior faz alto, girando no mesmo lugar, e os cavalleiros da 2.ª fileira deslocam-se para o flanco exterior de um intervallo igual a uma frente de 3 cavalleiros. Todos olham para o lado do alinhamento e graduam a andadura a empregar e o arco de círculo a descrever pelos logares respectivos na formatura.

Na conversão a peão móvel, a direcção, andadura e cadencia competem em batalha ao cavalleiro centro, que segue o comandante do pelotão.

Todos tomam, pois, contacto e alinhamento pelo centro; os cavalleiros aumentam ou diminuem a cadencia (ou a andadura, se necessário), conforme se achem do lado exterior ou do interior.

Na passagem da batalha á columna por 2 ou por 4 e vice-versa, ás vozes «quatro (dois) á direita (esquerda)» ou «batalha frente á esquerda (direita)», os grupos de 2 e 4 cavalleiros fazem conversão a peão fixo e regulam o movimento como na conversão de todo o pelotão em batalha. A conversão será então simultânea para todos os grupos, que a executam nos logares em que se acham.

A conversão a peão móvel é mais propriamente uma *mudança de direcção de marcha*. Em columna os grupos mudam de frente á proporção que chegam ao logar em que se achava o grupo-testa ao ser dada a voz de comando.

III e IV — EXERCICIOS DE COMBATE (a cavallo e a pé)

Duração: 2 semanas.

Uniforme e arreiaamento: completos.

Armamento: completo.

Formação inicial: qualquer.

Objectivo: Assegurar a eficácia do emprego do pelotão no combate, quer isolado, quer no âmbito do esquadrão, ensinando os diversos modos de ataque a cavallo e o combate pelo fogo, offensivo e defensivo.

Recomendações:

Todos os exercícios de combate serão feitos contra objectivos assinalados. As bandeiras regulamentares para figurar as diferentes armas (R. M. E. art. 58) devem ser usadas quando não se tratar de exercício de dupla acção, pelotão contra pelotão. Estes últimos só terão lugar em presença do capitão e nos dias que este designar.

Os exercícios de combate a pé far-se-hão diariamente, no meio do tempo dos exercícios a cavallo. Assim intercalados os exercícios a pé, dá-se descanso aos animais, aproveitando-se melhor o tempo. Desta sorte os dois programmas (combate a cavallo e combate a pé) desenvolvem-se paralelamente.

Imaginar sempre uma situação tática, para que os exercícios não percam o carácter de verosimilhança. Nem sempre é possível enunciar antes a situação; mas terminados os exercícios não se deve deixar de explicar aos homens o que foi feito.

Na marcha de approximação tomar sempre a formação mais conveniente para cada caso. Distinguir os casos em que a marcha se faz a coberto das lides e fogos inimigos daquelles nos quais isto não é possível.

Na carga em batalha empregar sempre o aumento progressivo das andaduras; chamar a atenção dos homens para que tomem com a lança (ou espada) a posição regulamentar.

Figurar os casos em que o inimigo aceita o combate e ha o entrelollo, ou que elle se retira antes ou depois do choque e ainda aquelle em que o pelotão se vê obrigado a retroceder antes ou após o encontro com o inimigo. Caracterizar assim a «perseguição» e a «retirada» e quando se faz o «reunir».

Para dar feição verdadeira a estes exercícios pôde-se figurar por bandeirolas novas fracções de tropa, amigas ou inimigas, que intervêm na acção.

No combate em forrageadores, figurar os casos do desenvolvimento na direcção de marcha, ou n'uma direcção qualquer. Mostrar também a necessidade de se fazer o desenvolvimento para uma das alas. Não estando isto previsto no R. E. C., deve entretanto ser exercitado. O regulamento só prevê o caso do desenvolvimento de um pelotão isolado e por isso o consigna como devendo ser feito sómente pelos dois flancos. Mas é preciso

reparar tambem o pelotão para o seu emprego no ambito do esquadrão. E ahí, stando dois ou mais pelotões na mesma linha, não poderão todos desenvolverem-se do centro para os dois flancos, a menos que tomem antes intervallos convenientes; e das alas, pelo menos, devem fazer o desenvolvimento para os seus flancos exteriores.

Praticar o desenvolvimento em forrageadores partindo de qualquer formação, pé firme ou em marcha, mas sempre sobre objectivo determinado.

Executar marchas de frente e retroadas em forrageadores, mudanças de direcção, tanto a vozes de comando como por signaes.

Assegurar na carga, em batalha ou em forrageadores, a perfeita direcção do momento.

Na dispersão em esquadras, tão depressa seja enunciado o comando, evem os cabos sahir á frente de suas esquadras, conduzindo-as nas direcções convenientes, conforme os intervallos comandados. Observar tambem a andadura commandada, de que depende a rapidez em tomar a nova formação.

Todos os homens do pelotão, e principalmente os melhores cavalleiros, devem ser exercitados nas funções de exploradores de terreno. Figurar nos ataques terrenos desconhecidos para ter occasião de commandar «Exploradores para a frente!» Direcção (tal!).

Exercitar tambem os homens como atrulhas de combate e as esquadras em erem lançadas n'uma direcção determinada, para se dispersarem e cobrirem a marcha do pelotão, ou de fracção de tropa maior.

Executar marchas de approximação para combate a pé a coberto das vistas e os fogos inimigos. Escolher para estes exercícios terrenos apropriados.

Procurar collocação para os cavallos de modo de acordo com a situação tactica figurada. Fazer depender sempre desta situação a escolha da posição.

Tambem o modo de apear para cada caso, deve estar em relação com a natureza do combate a travar e com o numero e mosquetões a pôr na linha de fogo.

Habituar os cavalleiros que apeiam a formarem rapidamente em batalha em tente ao commandante do pelotão. Os mosquetões serão levados promptamente posição de descansar.

Formar as esquadras de atiradores e designar os commandantes respectivos. Exigir em tudo a maxima rapidez e o maior silencio.

Occupar rapidamente a posição do tiro. Formação da linha de atiradores. Exercitar os commandos na linha de atiradores e a sua transmissão.

Praticar os movimentos da linha de atiradores antes da abertura do fogo, bem como a execução dos lanços, os generos de fogo e commandos respectivos. Direcção de fogo. Ligação dos atiradores com os cavallos de mão; commando dos cavallos de mão.

Exercitar a marcha para o assalto, figurando o caso da tomada da posição. Figurar tambem a interrupção do combate e como tomar os cavalos rapidamente.

Observação:

Da 2.^a semana em diante os alumnos do curso de cavallaria devem ser exercitados, revesando-se como commandante de pelotão em todos os generos de exercícios.

*Eduydes de Piqueteiro
Capitão de cavallaria*

Subsídio ao R. E. E.

O primeiro tenente Arthur Joaquim Pamphiro, que está escrevendo uma série de artigos, sob o título supra, pede-nos declaremos que as notícias que publicou sobre nomenclatura e manejo da ferramenta de sapa portátil de Infantaria, são uma transcrição, com ligeiras modificações, de um trabalho que, sobre o mesmo assunto, publicou o primeiro tenente Ildefonso Escobar na revista «O Tiro n.º 7».

Escola Veterinaria do Exercito

A idéa do ensino da Veterinaria no Brasil nasceu no Exercito; aliás isto nada tem de extraordinario porque é o que sucede em geral nos outros países; e a razão é obvia: de todos os departamentos da administração publica, aquelle que mais urgente necessidade sente de veterinario é o Exercito pelo que tem de precioso o serviço que lhe presta o cavalo de guerra.

Dentre os elementos que a lei n.º 2.232 de 6 de Janeiro de 1910 pôz à disposição do Serviço de Saúde para realização de seu mister, está a Escola de Veterinaria.

As instruções pelas quais se deve reger o ensino da Veterinaria Militar se acham publicadas no Boletim n.º 427 de 20. V. 15.

Ellas, porém, já agora não mais podem servir de norma ao Curso porque são deficientes e não satisfazem em muitos pontos às exigências de ensino.

Nós estamos progredindo e a Escola tem necessidade de acompanhar este progresso; sente-se, pois, a necessidade de novo regulamento para ella.

Falle, entretanto, a prática:

As actuais Instruções transformaram a Escola da lei em um Curso Prático; o que se vê ahi, porém, é o tino perspicaz do administrador: o quadro estava criado; tornava-se necessário preencher as vagas e lutava-se com a carencia de veterinarios no País para se cumprir o determinado no § unico do artigo 22 da lei, que mandava que a admissão ao primeiro posto no quadro de Veterinarios fosse feita mediante concurso entre profissionaes diplomados, a exemplo do que se faz com os médicos e pharmaceuticos, de sorte que era preciso dar ao curso uma feição eminentemente prática para facilitar até certo ponto a consecução dos profissionaes que satisfizessem os requisitos da lei.

As Instruções mandam, em seu artigo 2º que a enfermaria veterinaria fique sob a chefia de um medico militar.

Que se dê a Directoria da Escola a medico cousa é que se comprehende porque trata-se de um estabelecimento de ensino em que a acção de chefe é principalmente administrativa e a cujo serviço podem concorrer os elementos competentes dos tres quadros do Corpo de Saúde, isto é, podem colaborar médicos, veterinarios e pharmaceuticos; mas dar-se a chefia de uma enfermaria veterinaria a um medico não me parece curial, tanto é certo, que muitas vezes o director desses estabelecimentos tem de entrar com notaveis parcelas de contingente tecnico applicado para solver, encaminhar ou derimir questões scientificas applicadas; ao contrario, quem deve chefiar ou dirigir hospital ou enfermaria de homens é medico; mas quem cheifa hospital ou enfermaria veterinaria, não pode ser senão veterinario, desde que elle exista competente e capaz; o seu a seu dono; e sobre ser vantajoso evitar-se a invasão de atribuições, e sempre inconveniente desviar serventuarios que farão fatalmente falta em outras funções que lhe são mais proprias.

Pelo artigo 3º das Instruções somos informados de que o curso foi condensado em dois annos; tambem não havia então o que dizer, tendo-se em vista a falta absoluta de profissionaes e a urgencia delles.

Agora, porém, que a primeira dificuldade foi vencida, isto é, preenchem-se de acordo com a lei as vagas do quadro, já não ha por que mantenhamos a premencia do curso que apresenta o grave defeito, o grande inconveniente de ser muito reduzido e muito rudimentar.

Precisamos crear um quadro de veterinarios scientistas; é opportuno, pois, tomarmos novo rumo em bem da sciencia, isto é, ampliar os estudos, dar novas ensanchas ao ensino e diffundir um pouco a produçao de veterinarios, evitando assim a pletora desses serventuarios, tomando-se em consideração que o Exercito não tem nenhum interesse de formal-os para os entregar á vida civil.

No estado actual da sciencia é absolutamente impossivel fazer-se no limitado período de dois annos lectivos um curso pratico mesmo muito elementar de Veterinaria.

A Veterinaria é a propria medicina; as matérias que aqui se ensinam são as mesmas,

mutatis mutandis, que lá devem ser aprendidas; assim, pois, se não se pode conhecer um curso de Medicina feito em dois annos, é impossivel admittir-se um curso de Veterinaria feito em igual prazo.

Ainda o artigo 3º priva a Escola da collaboração dos veterinarios quando parece que deveriam ser os preferidos, desde que se lhes reconhece competencia para professar as matérias do curso, porque mais do que ninguem estão identificados com o seu estudo applicado e consequentemente em condições de melhor applicação dar ao seu ensino.

E' ainda o artigo 3º que nos diz que o curso fica a cargo do chefe de Enfermaria auxiliado por dois ou quatro médicos, e um pharmaceutico, e constará de 10 matérias; e mais adiante o § unico do artigo 4º reza: «O pessoal encarregado das preleções nenhuma vantagem pecuniaria perceberá por isso e desempenhará esse serviço sem prejuizo das funções que desempenhar nos corpos de tropa ou estabelecimentos militares.»

E' preciso contar com muito boa vontade e com muito amor á arte, o que nem sempre existe, para esperar que 5 serventuarios, alguns dos quais já gastos e sem illusões, *sponte sua*, se sobrecreguem com um serviço a mais, pelo qual não usufruem a menor vantagem.

Pois bem: mesmo assim o curso vem se fazendo ha mais de 5 annos com a possivel regularidade, e, Deus sabe com que dificuldades, por meia duzia de companheiros que só têm em mira levantar ao nível em que deve ficar no concerto scientifico um quadro integrante do Corpo de Saúde.

O ensino, mesmo elementar, de 10 matérias de um curso por 5 prelectores que além de tudo não ficam isentos de suas funções, na guarnição reveste-se de grandes dificuldades.

Um mesmo serventuario, attender ao mesmo tempo o corpo em que serve, devendo passar as visitas medicas, dar as instruções que o regulamento interno exige, fazer o serviço clínico domiciliar e ainda fazer tres preleções de duas matérias, o que equivale, ou a dar duas horas de aula em dias alternados, ou ter de ir diariamente á sede da Escola para dar aula de uma matéria em um dia e de outra em outro dia, toca ás raias de inverosimil.

Deste modo é quasi impossivel conciliar os interesses de ensino com os do serviço.

Se o pessoal encarregado das preleções, conforme o artigo 4º, desempenha esse serviço sem prejuizo das funções que exerce nos corpos de tropa ou estabelecimentos militares, não ha razão para que se limite o numero de prelecionistas a cinco, como faz o artigo 3º, porque não ha nenhum mal em que prelecionem na Escola até todos os médicos, pharmaceuticos e veterinarios da guarnição, desde que para elles houvesse matérias e fosse sem prejuizo de suas funções.

Parece mais natural que cada matéria tenha o seu prelector. Cinco prelecionistas para dez matérias com a obrigaçao de prelecionar tres vezes por semana pelo espaço, pelo menos, de duas horas e ainda sem prejuizo de suas funções na guarnição, é facto absolutamente fóra de alcance de quem quer que seja, mesmo dos de maior capacidade de trabalho, que estejam possuidos da maxima bona vontade.

Sanemos estes inconvenientes e com esse intuito permita-se-me apresentar as seguintes:

Bases para a revisão do Regulamento da Escola de Veterinaria do Exercito

Artigo 1º. — A Escola de Veterinaria do Exercito, criada pela autorização legislativa n.º 2.232 de 6 de Janeiro de 1910 e instalada em virtude das instruções publicadas no Boletim do Exercito n.º 304 de 1 de Outubro de 1913, é um externato que tem por fim ministrar aos candidatos á entrada para o quadro de Veterinarios do Exercito, os conhecimentos necessários ao exercicio desta profissão.

Artigo 2º. — O ensino da Veterinaria Militar terá um cunho eminentemente pratico e se restringirá ao necessário para as investigações scientificas e processos que devam ser seguidos no tratamento das entidades morbidas communs aos animaes de tropa, ao cavalo de guerra e das transmissíveis aos outros animaes e ao homem.

Artigo 3º. — A necessidade de que o curso da Escola seja o mais aproveitável possível e a circunstancia de se proporcionar noções completas de Anatomia, Physiologia, Bacteriologia, Clinica Veterinaria, etc., etc., sem o que elle não será de todo util, obrigam a dividir o curso em quatro annos, tempo estritamente indispensavel para o preparo de quem se destina a exercer tão complexas funções.

Artigo 4º. — A Escola Veterinaria do Exercito terá sua sede no Hospital de Veterinaria do Exercito e suas aulas funcionarão no proprio edificio do Hospital que terá compartimentos destinados a este fim.

ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA

Artigo 5º. — A Escola de Veterinaria do Exercito funcionará sob a direcção de um coronel Medico do Exercito que seja ou tenha sido professor da Escola.

Artigo 6º. — O director terá á sua disposição um amanuense, um conservador do material, e para outros serviços tres auxiliares, praças do Exercito.

PESSOAL DOCENTE — CONGREGAÇÃO

Artigo 7º. — Para compôr o corpo docente serão escolhidos:

a) do quadro de veterinarios, aquelles que além da apresentação do diploma de Veterinario Militar, mostrarem tendencias especiaes para o magisterio;

b) e do quadro medico, aquelles que além de conhecimentos de Veterinaria já tiverem dado provas de competencia scientifica.

Artigo 8º. — As nomeações para os cargos de professores serão feitas pelo Ministro da Guerra por proposta do Director da Saúde da Guerra e indicação do Director da Escola.

§ 1º. — A 2^a cadeira do 4^o anno poderá ser leccionada por pharmaceutico militar que tenha competencia, conhecimentos geraes de Veterinaria e practica da materia.

§ 2º. — As provisões de professores serão feitas tanto quanto possível sem prejuizo do serviço de que estiver encarregado o indicado.

§ 3º. — Para que os professores sejam dispensados de suas funções anteriores, é preciso que o Director da Escola peça á autoridade competente a passagem do serventuario á disposição da

Escola, apresentando as razões que o impedem de acumular.

§ 4º. — O pessoal docente da Escola de Veterinaria perceberá por cada preleccão, além de seus vencimentos a gratificação de Rs. 20\$000. (1)

§ 5º. — Os professores da Escola terão preferencia nas nomeações para as comissões na guarnição séde da Escola. (2)

MATRICULAS

Artigo 9º. — O ensino da Veterinaria Militar é destinado ás praças de *privado* e aos civis que se candidatem ao quadro de Veterinarios do Exercito.

Artigo 10º. — Para matricula na Escola devem os candidatos satisfazer ás seguintes condições:

- a) ter permissão do Ministro da Guerra;
- b) ser maior de 17 annos e menor de 30;
- c) não soffrer de doença chronica, contagiosa ou infecto-contagiosa;
- d) ser vacinado ou revaccinado ha menos de um anno;
- e) ter exemplar procedimento.

§ 1º. — Para serem admittidos como alunos na Escola devem os candidatos apresentar os seguintes documentos:

- a) requerimento de matricula dirigido ao Ministro da Guerra;
- b) certidão de idade;
- c) attestado de saúde;
- d) attestado de vaccinatione;
- e) attestado de bom comportamento, passado pelos commandantes das unidades e directores de serviços, ou pelas autoridades civis.

§ 2º. — Os candidatos civis á matricula na Escola deverão apresentar tambem a caderneta de reservistas.

Artigo 11º. — Uma vez preenchidas as formalidades referidas no artigo 10º, os candidatos deverão apresentar certificados de approvação em institutos officiaes ou reconhecidos pelo Governo Federal das seguintes materias:

- a) Portuguez.
- b) Francez, inglez, allemão ou italiano.
- c) Arithmetica e algebra.
- d) Geometria e trigonometria.
- e) Geographia e Corographia.
- f) Historia universal e do Brasil.
- g) Physica e chimica geral.
- h) Historia natural.

Artigo 12º. — Os candidatos que satisfizerem as condições estatuidas nos artigos anteriores serão admittidos como alunos da Escola.

Artigo 13º. — Os officiaes de quaisquer graus que quizerem, poderão fazer o curso da Escola de Veterinaria para o que comunicarão previamente não só ao commandante de corpo, como tambem ao Director da Escola.

(1) O professor tem sempre suas despesas gravadas com a aquisição de livros e revistas onde possa supreender os ultimos passos da sciencia. Além disso a Escola luta com grandes dificuldades para conseguir preletores; de facto, é preciso muita abnegação para aceitar de boa mente maior somma de trabalho, de responsabilidades e de aborrecimentos sem recompensa presente nem esperanças de vantagens futuras. Para se poder contar com uma boa vontade continuada e um entusiasmo sem arrefecimentos, o recurso natural seria oferecer aos dedicados, aos esforçados um interesse qualquer que conservasse se sempre crescente a sua bona vontade.

(2) Nada mais justo: supponhamos dois capitães-médicos, um professor da Escola e outro não; ambos, porém, candidatos ao mesmo logar aqui no Rio; creio que a preferencia não tolera duvidas e o logar deve ser dado áquelle que se propõe a exercer as duas funções.

PERÍODO LECTIVO — FREQUÊNCIA

Artigo 14º. — O anno lectivo começará no 1º útil de Fevereiro e terminará no ultimo dia de Novembro.

único. — O ensino será ministrado em 9 meses o decimo consagrado aos exames.

Artigo 15º. — O alumno que tiver mais de 15 faltas, perderá o anno.

PLANO DE ENSINO

Artigo 16º. — O ensino de Veterinaria Militar é ministrado em 4 annos e constará das seguintes matérias assim distribuídas:

1º anno

Chimica em suas applicações à Veterinaria. História natural medica. Anatomia comparada (1ª parte).

2º anno

Anatomia comparada (2ª parte). Histologia normal. Physiologia comparada (1ª parte).

3º anno

Physiologia comparada (2ª parte). Microbiologia.

Pathologia geral e diagnostico medico.

Clinica externa e de enfermidades do pé do alho. — Estudo das operações e applicação de apparelhos (2ª cadeira).

Clinica interna e de enfermidades contagiosas parasitarias. — Policia Sanitaria (2ª cadeira).

4º anno

Anatomia e physiologia pathologicas.

Pharmacologia e arte de formular.

Exterior dos solipedes e Zootecnica. Legislação do Serviço de Veterinaria do Exercito.

Igiene do cavalo de tropa.

Clinica externa e de enfermidades do pé do alho. — Estudo das operações e applicação de apparelhos (1ª cadeira).

Clinica interna e de doenças contagiosas e parasitarias. — Policia Sanitaria (1ª cadeira).

Artigo 17º. — O ensino será ministrado teoricamente, devendo cada aula funcionar tres horas por semana e por espaço de uma hora a uma.

único. — Será obrigatorio, gradual e progressivo, não podendo o alumno matricular-se um anno sem approvação nas matérias do anterior.

Artigo 18º. — Regularão o ensino das matérias do Curso, programmas organizados pelos professores que, um mez antes do começo das aulas os apresentarão ao Director da Escola para serem submetidos á approvação do Estado Maior do Exercito.

Artigo 19º. — Durante a preleção de qualquer matéria o professor poderá arguir o aluno sobre as preleções feitas, afim de bem usar do seu aproveitamento.

MATERIAL DE ENSINO

Artigo 20º. — Para que o ensino seja ministrado em todas as suas partes com o necessário envolvimento, haverá no edifício do Hospital:

uma bibliotheca;

um museu;

gabinetes e laboratorios.

EXAMES

Artigo 21º. — Tres meses depois do inicio do funcionamento de cada período haverá exame de habilitação cujos pontos deverão compreender o assumpto das preleções feitas sobre cada matéria.

§ 1º. — Estes exames constarão só de provas escritas.

§ 2º. — Os exames de clínica constarão de exposição do estado de saúde de animal docente, sorteado na occasião.

Artigo 22º. — Terminado o anno lectivo os alumnos serão submetidos a exames finais escritos e orais.

§ 1º. — Para estes exames serão organizados pontos que deverão abranger o assumpto constante dos programmas de cada matéria.

§ 2º. — Para os exames de clínica não haverá ponto; a prova escrita constará da dissertação escrita sobre a doença de um animal tirado a sorte na occasião do exame; e a prova oral constará da exposição da enfermidade de um animal sorteado na occasião.

Artigo 23º. — O tempo concedido para prova escrita é de 3 horas, findo o qual os alumnos deverão entregar as provas como estiverem, assinando o nome por extenso e logo em seguida a ultima linha escrita.

§ unico. — O papel distribuido aos alumnos para a prova escrita deverá ser rubricada pela comissão examinadora.

Artigo 24º. — O tempo para arguição na prova oral será de meia hora para cada alumno.

Artigo 25º. — Terminado o acto de exame de cada dia a comissão examinadora fará a classificação dos alumnos por ordem de merecimento.

Artigo 26º. — Do resultado será lavrado o competente termo em livro para isso destinado, devendo assignal-o toda a comissão.

Artigo 27º. — As turmas para as provas de exame oral de cada matéria não deverão exceder de seis examinadas.

Artigo 28º. — Para cada matéria será nomeada pelo Director de Saúde de Guerra uma comissão examinadora composta de tres membros, um dos quais será o professor da cadeira.

§ unico. — Para o cumprimento deste artigo o Director de Escola comunicará previamente ao Director de Saúde de Guerra os dias que tiver fixado para os exames.

Artigo 29º. — Findos os exames de cada período, os alumnos serão classificados por ordem de merecimento, tomando-se a media dos grados dos exames feitos no mesmo período.

Artigo 30º. — As notas dos alumnos serão dadas por meio de grados que serão apuradas de acordo com o que estabelece a Caderneta para registo dos grados escolares.

Artigo 31º. — O resultado dos exames será expresso tomndo-se a media de todos os grados obtidos pelos alumnos.

§ 1º. — Serão aprovados: com distinção, os alumnos que conseguirem média 10; plenamente os que alcançarem média de 6 a 9; simplesmente os que obtiverem a média de 3 a 5; serão reprovados os que tiverem média inferior a 3.

§ 2º. — Acima de grau 3, a fração $\frac{1}{2}$, e as superiores a esta serão computadas como uma unidade na apreciação das médias; as inferiores a $\frac{1}{2}$ serão desprezadas para a apuração de grau na classificação.

§ 3º. — A media 0 em qualquer prova, reprova.

Artigo 32º. — O grão de qualquer prova, será a media dos grãos conferidos pelos membros da comissão examinadora.

Artigo 33º. — Terminado o curso, os alunos serão classificados por ordem de merecimento, tomando-se a media dos grãos de classificação obtidos nos diferentes períodos.

Artigo 34º. — Ao aluno que fôr aprovado em todas as matérias que constituem o curso de Veterinaria Militar, será conferido o certificado de *Veterinario Militar*.

§ unico. — Este certificado será assignado pelo Director da Escola e visado pelo Director de Saúde de Guerra.

Artigo 35º. — Os dois primeiros classificados por ordem de merecimento, de que trata o artigo 34, serão promovidos ao primeiro posto nas vagas que se dérem no quadro de Veterinários do Exército, independentemente de concurso.

Artigo 36º. — Para a execução do ensino haverá no Hospital de Veterinaria o material necessário que será oportunamente fixado.

Major-medico Alves Cerqueira.

Instruções para o serviço dos canhões Krupp 305 c/45 T. R.

APPROVADAS POR AVISO Nº 1206 DE 23. XII. 916.)
PONTARIA.

29. A pontaria completa comprehende a pontaria em direcção e a pontaria em altura.

30. A pontaria em direcção pode ser executada simultaneamente com o carregamento dos canhões e é realizada pela rotação da cupula. A pontaria directa é feita pelo proprio comandante ou um dos seus auxiliares na luneta de pontaria. A pontaria indirecta (caso excepcional) é feita pelo registro do commando no círculo azimuthal da cupula.

31. A pontaria em altura é executada pelo movimento zenithal de cada canhão e só o poderá ser após o carregamento.

32. Os elementos de tiro são commandados pelo comandante da cupula (ou por um dos seus auxiliares), que do posto de commando faz as observações e correções necessárias, quando estas não lhe chegam do commando do Forte.

PONTARIA NO SERVIÇO A MOTOR HYDRAULICO.

33. A pontaria em direcção é feita pelo proprio comandante (ou por um auxiliar), agindo os punhos do prato da rotação da cupula que se acha abaixo da luneta, na mesa do posto de commando, com cujo movimento se poderá acompanhar o alvo.

34. A pontaria em altura pode ser realizada o posto de commando por um dos aspirantes ou ao lado do canhão pelo C 2. O comandante transmite a alça ao seu auxiliar, que deve achar no banco da direita tomando conta os pratos de pontaria em altura, e este regista no tambor de pontaria, agindo para isso os punhos do prato de pontaria do canhão indicado, que se acha na mesa do commando, ou commandando para o primeiro servente.

Direita (esquerda, cupula) Depressão (elevação)!

35. A que o C 2 da direita (esquerda, ambos) dá o movimento indicado, agindo nos punhos do prato de pontaria em altura, que se encontra ao lado da falca externa do canhão,

até a voz de *alto* dada pelo aspirante, que no posto de commando registra a alça no tambor de pontaria em altura ou o angulo de tiro quando se atira com o tubo de exercícios (T. E.).

36. O commando normal, entretanto, para o tiro com o canhão é

Direita (esquerda, cupula)!

12.500 (ou a alça que fôr)!

O C 2 da direita (da esquerda ou ambos) registra a alça commandada no arco de pontaria, agindo nos punhos do prato, o que é fiscalizado no posto do commando pelo tambor de pontaria.

37. Quando se atira com o T. E. o commando normal é: *Direita (esquerda-cupula)!* *132 millesimos* (ou o angulo que fôr)! procedendo o C 2 da mesma forma acima, afim de registrar esse angulo de tiro no arco de pontaria.

PONTARIA NO SERVIÇO A BRAÇO

38. A pontaria em direcção é feita pelo commando de

Cupula & direita (esquerda)!

a que os C 6, C 7, C 8, C 9, C 10 e C 11 movem as manivelas no sentido indicado até a voz de *alto*, estando o commandante (ou um auxiliar) na luneta ou registrando a direcção no círculo azimuthal.

39. As correções de pontaria em direcção serão commandadas por *pouco à direita (esquerda)!* com o consequente *alto!* Trabalham, então, nas manivelas apenas os C 6 e C 7.

40. A pontaria em altura é commandada da mesma forma que no serviço a motor hidráulico e trabalhando sempre na manivela de pontaria em altura os C 2, C 3, C 4 e C 5.

DISPAROS

41. Terminada a pontaria, e antes do disparo, o commandante dá a voz

Direita (esquerda ou cupula), Sentido!

A essa voz o Cp e os serventes da direita (esquerda ou de ambos) afastam-se para dar livre passagem ao recuo do canhão (ou canhões) por effeito do tiro, para ninguém ser contundido. No caso do disparo de uma só peça, a guarnição da outra deve tomar a posição commun de sentido.

Se o commandante desejar que a cupula não se desvie, deve nesta occasião fazer cerrar o freio hidráulico, cuja alavanca de manobra se encontra sob a mesa do commando.

42. Seguir-se-á o disparo, que poderá ser feito electricamente do posto de commando, bastando calcar no botão do commutador, ou ser realizado a mão, mandando o commandante

Fogo!

a que o C 1 da direita (esquerda ou ambos) fará o disparo do canhão, puxando fortemente o detonador pelo punho respectivo. Só se recorrerá a este modo de disparo quando não estiver funcionando o electrico.

43. O estojo do cartucho principal será extraído na occasião de ser efectuado um novo carregamento do canhão ou, no caso do ultimo tiro, abrindo o C 1 especialmente a culatra para retirá-lo. Extraído, será recolhido pelos C 12, C 13 e C 14 que o introduzem na calha de vasão, donde é recolhido pelo C 15 para a galeria anular.

4. E' conveniente que os C 12, C 13, C 14
5. se achem munidos de luvas de couro
de poderem, sem risco algum, supportar
temperatura a que atinge o estojo.
6. Quando se quiser suspender a acção, se
dará

Formar guarnição! Marche!

A primeira voz os Cp, C 16 e Cm fazem ar em forma as suas secções e guarnições locaes em que se encontram, e a segunda o pessoal da camara de bateria desce para casamatas pelas mesmas escadas por que su- A 2^a secção da esquerda sobe pela escada lar esquerda e segue a 1^a secção da sua garnição, que vae da camara de bateria pela eria anular e escada de pedra até as casa- as. A 2^a secção da direita espera no pa- tamento intermediario a 1^a secção da direita, desce da camara de bateria pela escada la- direita, seguindo toda a guarnição para poço da cupula pela escada que liga a ca- ra intermedia à plataforma de carga. guarnição do pão, ao commando de mar- segue para o seu lugar no poço da cu- a, à esquerda da guarnição da direita, fe- ndo o pão o M 1. 7. Formadas as guarnições nos lugares já cados, o commandante manda — *Fóra de na!*

Código para o comando por apitos

8. Veja-se nas *Instruções para o serviço dos hões c. c. Krupp 190 C/45 T. R.*, publica- no n.º 66 d'A Defesa Nacional, o código o comando por apitos, inteiramente ap- cable ás presentes Instruções.

Capítulo Francisco José Pinto.

Nota: Nas instruções para o serviço dos 190, chamou-se atrator o C 1, denominação que por uniformidade deve substituirse pelo de atrator.

exercícios de regimento e de brigada na artilharia de campanha

(Tradução) (1)

Reconhecimento do terreno de exercício pelo director; outras providências delle antes da partida da tropa.

A viagem do director ao terreno de exercícios afim de conhecê-lo de visu é prescindivel. Quando mais não seja exercícios projectados exclusivamente sobre a carta arriscam ser inexequíveis pelas damnificações que causariam (atações, cercas, etc.). Independentemente disso pode o terreno apresentar obras que a carta não consigne e que impossibilitem o exercício tal como fôr planejado. Importa então alterar o projeto, modificar de acordo com o terreno as condições supostas para a tropa ou o inimigo. Demais essa viagem tem para o director

o proveito de familiarisal-o com o terreno do exercicio, o que lhe permitte não ser distraido por essa preocupação no curso da execução, portanto, ahí dedicar-se mais propriamente á tropa; elle julgará melhor a actividade d'esta, terá mais livre o seu julgamento sobre o conjunto.

Além do reconhecimento do terreno o director examina a questão do estacionamento das tropas. O mau estacionamento prejudica a boa disposição de animo para os consideraveis esforços exigidos nos exercícios. E' evidente que por occasião d'essa viagem o director tomará contacto com as autoridades civis da zona, especialmente se houverem de ter lugar exercícios de tiro real (2).

O director é acompanhado na viagem pelo seu ajudante, o qual vae alterando em dia os papeis relativos ao reconhecimento (projecto dos exercícios, cartas, esboços dos estacionamentos). Não tem cabimento fazer acompanhar o director pelos officiaes designados para comandarem o inimigo figurado; é o proprio director quem faz o reconhecimento para elles.

De volta á guarnição o plano dos exercícios é definitivamente ultimado. E' preciso evitar modificações ulteriores. A secretaria do director inicia e conclue pouco antes da partida da tropa os trabalhos escriptos relativos aos exercícios, especialmente as copias das situações tacticas e mais providencias referentes aos mesmos. A distribuição tem lugar, tanto quanto compativel com a supposta situação, na vespera do respectivo exercício ou conforme ordenar o director.

Actividade do director em cada dia de exercício.

O director accumula com esse papel o cdo. de sua tropa. Elle dá o tema para a tropa e para o inimigo figurado. Os arbitros compete imprimirem no exercício o cunho da realidade. Identica influencia exercerá o inimigo figurado que não deve limitar-se a fazer de alvo; elle deve ser sempre constituído de tropas reaes e de bandeirolas figurativas (Vd. R. M. E.) e dotado de abundante munição.

A função principal do director é a sua acção de cdte. Ao par da execução tacticamente correcta a tropa deve ser exercitada em:

a) longas marchas de approximação em

⁽¹⁾ Vd. n.º 71, pagina 443.

⁽²⁾ Vd. R. T. A. 279 a 281.

as as andaduras; columnas cerradas em marcha em terreno difícil, variado; a) ocupação de posição adequada- nte, rápido rompimento do fogo, cor- recta appropriação do objectivo e repar- tão do fogo.

Também deve merecer especial atenção a actividade das patrulhas e dos esclare- dores de marcha; serão inevitáveis os contratempos de toda sorte, e devem mes- mo ser provocados propositalmente para dar à prova a destreza e a capacidade de solução. Sempre deve-se fazer emprego da ferramenta de sapa. Os officiaes e as tropas devem observar em sua attitudine, isto é, posição do corpo, a que seria imposto na guerra (3). Convém figurar em uns dias baixas no pessoal, nos animais e accidentes nas viaturas.

Se a execução de um exercicio não saca contento do director elle pôde, conforme as circumstâncias, ser repetido; ahimpre examinar se isso não perturbará curso razoável do conjunto, e qual deve ter precedencia. Será também psycogicamente errado o director prolongar demasiadamente os exercícios. Homens e cavalos têm uma capacidade limitada de resistência dos seus esforços. Convém ainda conceder ás vezes facilidades como as que resultam de não carregar completamente as viaturas, não equipar completamente artilheiros e conductores. As manobras trarão depois bastantes exigências nesse sentido.

No mais o cdte. pôde aproveitar todo o seu tempo para estimular e ensinar a tropa, centrar onde couber. Principalmente aproveitará as ocasiões em que seja merecido elogio para provincial-o aos officiaes e aos soldados. O exercicio será especialmente instructivo determinando em certos casos que o inimigo se conduza segundo os regulamentos de um adversário possível; semelhante comparação é estimulante em extremo; muitas duvidas se esclarecem, tem-se um julgamento sobre a propriedade das disposições regulamentares nacionais, e colhe vantagem para o progresso da arma.

Participação da infantaria nos grandes exercícios de artilharia.

E' uma questão muito discutida. Com participação da infantaria num grande exercicio de artilharia este se transforma em manobra, isto é, exercicio combinado

de tropa de diversas armas. Resultará uma especie de ensaio ou exercício prévio para as manobras habituais, o treinamento especial da artilharia ficará preterido.

Tais exercícios importarão exclusivamente à preparação dos chefes, a tropa propriamente pouco aproveitará, quando esta é questão essencial. Acresce ainda que serão maiores as despesas com esses exercícios combinados. E a quem caberá a direcção do exercicio? Todos esses aspectos recommendam que não se faça a participação de grandes unidades de infantaria dos corpos que já estivessem dispostos. Restaria examinar se haveria alguma vantagem em juntar alguns batalhões ou simples companhias de infantaria á artilharia nos grandes exercícios d'esta arma.

Admittamos que se ligasse um batalhão de infantaria a cada regimento de artilharia. A divisão poderia obter essa infantaria nos grandes exercícios de artilharia, tiveis por terem executado seus exercícios de regimento e de brigada no campo de instrucção. Esses batalhões poderiam após os exercícios com a artilharia partir imediatamente para as manobras de brigada.

Que carácter tomaria o emprego da infantaria nesses exercícios? Geralmente os batalhões ficariam completamente fractionados para representarem as unidades de infantaria supostas no thema, e a direcção do batalhão no respectivo combate de infantaria seria impossível. Os desenvolvimentos da infantaria resultariam tão mal representados que não só a artilharia não lucraria como também a instrucção da propria infantaria ficaria prejudicada. E os esforços a despender pela infantaria seriam consideraveis; basta ver as longas marchas, relativamente pouco penosas para a tropa montada, e os amplos desdobramentos e desenvolvimentos adequados ás grandes unidades de infantaria, representadas pelos batalhões em questão. Ou a artilharia ficaria pejada por levar em consideração semelhantes consequencias para a arma-irmã, ou o exercicio tornar-se-ia arrastadiço, o proprio curso do exercicio sofreria, facilmente se deixaria de realizar o objecto do mesmo.

Assim o acertado parece que é a artilharia arranjar-se nos seus grandes exercícios sem o concurso da infantaria, mesmo para seu próprio proveito. Para figurar o combate de infantaria bastam as ban-

deiolas conduzidas por pessoal mesmo da artilharia. E ainda o commando d'essa infantaria figurada dará aos officiaes de artilharia d'ele incumbidos consideravel proveito para sua instrucção tactica.

Tiro real durante os grandes exercícios da artilharia.

Segundo o R. M. E. podem ter lugar exercícios de tiro real de artilharia nos periodos de exercícios finaes do anno. Esta autorisação deve ser amplamente usada, não só no interesse da instrucção da artilharia como tambem porque taes exercícios muito se approximam da guerra. De qualquer modo é um ensejo para os tiros de combate de bateria, de grupo e de unidades maiores (Vd. R. T. A.).

Não se pôde desconhecer o valor d'esses exercícios especiaes de tiro de artilharia, realizados com sufficiente munição.

Elles concretisam a efficacia da artilharia aos olhos dos chefes de todas as armas, com proveito para a orientação da instrucção de cada arma. Quanto á propria artilharia a dificuldade que ha é a da quantidade de munição necessaria para satisfazer a esse fim.

E' entretanto de toda a conveniencia achar uma solução que attenda ás exigencias da artilharia e tambem ás das outras armas.

E' preciso que todas as baterias façam tiro real em terreno qualquer, enquadradas no regimento ou na brigada.

O tiro porém não deve ser levado á efficacia; pôde-se dizer que o exercicio reveste o caracter de exercicio de combate, no qual os momentos principaes são sublinhados por disparos reaes de artilharia. Assim haverá ensejo para exercitar a difficilima direcção de fogo nas grandes unidades, e a regulação do tiro. O mais, pouco importa. A artilharia aproveita muito mais com a repetida mudança de objectivo (como trenamento!), especialmente pelas mudanças de direcção na pontaria indirecta, e pela nova regulação correspondente, do que pela maior efficacia obtida por um tiro prolongado, contra poucos objectivos. Ninguem contesta que seja apenas um expediente este processo de assignalar a tiro só os momentos distinctos do combate. Competirá aos cdtes. desenvolver na critica as bases proporcionadas pelo tiro real esboçado

e assim tirar completo proveito para a luta da artilharia. Incontestavelmente semelhante especie de direcção de exercicio não é facil. O director precisa de numerosos delegados (Vd. R. T. A.) devidamente por elle instruidos para intervirem de iniciativa propria junto aos cdtes. de bateria, etc. Com esse processo bastariam 80 cartuchos, em média, por bateria.

E' um facto que com o tempo vae se tornando sempre mais difficult achar terreno que se preste para tiro real de artilharia, tal é o desenvolvimento da cultura das terras, do povoamento e sobretudo dos aramados. Não obstante com boa vontade, sobretudo com vontade firme, ainda se encontram meios de vencer essa dificuldade, de harmonisar com a devida energia as necessidades da instrucção da tropa sem prejuizo e sem perturbação insupportavel para os interesses e habitos da população.

Escola Militar Com a solemnidade regulamentar realizou-se na Escola Militar a cerimonia da nomeação dos aspirantes que terminaram o curso em 1919.

Como parte principal d'essa solemnidade, os novos aspirantes reiteraram o compromisso de dedicar-se ao serviço da Patria e ouviram a leitura do Boletim escolar que lhes dava o sonhado accesso.

Sobe de uma centena o numero dos jovens officiaes recrutados. A maioria pertence á mais desfalcada das armas — a artilharia — arma que, graças á essa previdente deliberação vae agorá receber um grande impulso — 150 officiaes — jovens, bem iniciados, com a perspectiva de uma carreira mais facil e, consequentemente, cercados de todas as circumstancias favoraveis ao seu exito na tropa.

Os aspirantes das outras armas vão tambem prestar um concurso que será notavel apezar da pequenez do seu numero. Já a turma passada, com o periodo intensivo de pratica a que foi submettida, impressionou muito bem as unidades que receberam seus representantes; é portanto de prever que todos os novos aspirantes tenham o successo que lhes desejamos e previramos ao constatar a notavel transformação por que tem passado a Escola do Realengo.

Ao Exercito felicitamos pela incorporação dos novos officiaes.